FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ - FAACZ
CURSO DE DIREITO

DÉBORA POSSATTI MOURA

PERSONALIDADE PSICOPÁTICA NO ÂMBITO DO DIREITO
PENAL

ARACRUZ - ES

2019

DÉBORA POSSATTI MOURA

**PERSONALIDADE PSICOPÁTICA NO ÂMBITO DO DIREITO
PENAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da Faculdades Integradas de Aracruz - FAACZ, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Dolivar Gonçalves Júnior.

ARACRUZ - ES

2019

DÉBORA POSSATTI MOURA

**PERSONALIDADE PSICOPÁTICA NO ÂMBITO DO DIREITO
PENAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito das Faculdades Integradas de Aracruz - FAACZ, como requisito necessário para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Aprovado em _____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Dolivar Gonçalves Júnior
Faculdades Integradas de Aracruz
Orientador

Prof. Esp. Diego Crevelin de Sousa
Faculdades Integradas de Aracruz

Prof. Me. Flávia Moreira Marchiori
Faculdades Integradas de Aracruz

A minha família, razão de minha existência.

A Deus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador pela paciência e os ensinamentos prestados, em conjuntura com o seu comprometimento e dedicação na elaboração do presente trabalho, ajudando-me a discorrer sobre a personalidade psicopática no âmbito do Direito Penal.

Agradeço aos membros da banca por fazerem parte do corpo do presente trabalho, enriquecendo o debate sobre a temática, bem como valorando o entendimento mais justo ao sistema jurídico brasileiro, na aplicabilidade das vertentes do direito.

Aos meus pais Mário Ivan Moura Pinheiro e Teresa Francisca Possatti e ao meu irmão Vitor Possatti Moura, dedico não somente esta, mas como todas as minhas demais conquistas. Obrigada pela vida, pelos ensinamentos, por todos os valores que me ensinaram e que levarei comigo para sempre. Eu não seria nada sem vocês.

Por fim, queria agradecer a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta minha conquista. A todos a minha eterna gratidão.

“Em ciência, o crédito vai para o homem que convence o mundo de uma ideia, não para aquele que a teve primeiro”.

William Osler

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a figura do psicopata no judiciário brasileiro, colocando em pauta a personalidade psicopática juntamente com o cometimento de crime, no que se refere à culpabilidade. Primeiramente serão demonstrados conceitos introdutórios e explicitações pilares que fundamentam o corpo do tema, objetivando as diretrizes dos entendimentos prestados. Posteriormente serão analisados os posicionamentos existentes sobre o tema, qual seja a responsabilidade penal do psicopata à luz do ordenamento jurídico penal brasileiro. Na atualidade, o Código Penal permite que o magistrado siga por dois caminhos: classificar o psicopata como imputável ou semi-imputável, o que, neste último, no que diz respeito à aplicação da sanção penal, terá redução de pena. Por derradeiro, será abordada a forma que o Estado intervém quando esses indivíduos agem em desconformidade com a legislação brasileira. A partir das linhas de raciocínios firmadas, busca-se atingir o ápice da percepção e lógica sobre o tema, concluindo de forma fundamentada para a solução que sustente verdadeiramente a posição mais adequada e justa ao Direito.

Palavras-Chave: Direito Penal. Criminologia. Psicopatologia. Psicopatia. Culpabilidade. Sanção Penal.

ABSTRACT

The present objective paper analyzes a figure of the psychopath in the Brazilian judiciary, showing the psychopathic personality associated with the behavior of the crime, which refers to the culpability. Firstly, introductory concepts and pillar explanations that underlie the body of the theme will be demonstrated, aiming as guidelines of the enterprises provided. Subsequently, the existing positions on the subject will be analyzed, namely the psychopathic criminal responsibility in the light of the Brazilian criminal law. Currently, the Penal Code allows either magistrate to follow two paths: classify or psychopath as imputable or semi-imputable, or that in the latter, other than the respect for the application of criminal sanction, will have reduction of penalty. Finally, the way the state intervenes when these factors cause non-compliance with Brazilian law will be addressed. From the lines of reasoning established, research and point out the perception and logic of the theme, concluding in a well-founded way to a solution that allows the maintenance of the most appropriate and fair position to law.

Keywords: Criminal Law. Criminology. Psychopathology. Psychopathy. Guilt. Criminal sanction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PSICOLOGIA JURÍDICA, CRIMINOLOGIA E DIREITO	13
1.1 DA CRIMINOLOGIA	14
2 ASPECTOS DA PSICOPATOLOGIA	18
2.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS	18
2.2 TRANSTORNO DE PERSONALIDADE X DOENÇA MENTAL	20
2.3 A PSYCHOPATHY CHECKLIST	23
2.3.1 DIMENSÃO SOBRE O EMOCIONAL/INTERPESSOAL	23
2.3.2 DIMENSÃO SOBRE O DESVIO SOCIAL	25
2.4 O DELINQUENTE PSICOPATA	27
3 O ENQUADRAMENTO DO CRIMINOSO PSICOPATA NA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA	29
3.1 DIREITO PENAL E SEUS CONCEITOS	29
3.2 CULPABILIDADE	30
3.3 IMPUTABILIDADE, SEMI-IMPUTABILIDADE E INIMPUTABILIDADE	32
3.4 SANÇÃO PENAL	33
3.5 A CULTURA DO PUNITIVISMO	35
3.6 A PSICOPATIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	37
3.7 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL	39
4 O PSICOPATA NO CUMPRIMENTO DA PENA	40
4.1 PSICOPATIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	41
4.2 O EXAME CRIMINOLÓGICO E O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	44
4.3 O RISCO SOCIAL E PESSOAL DO RETORNO DO PSICOPATA E A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA	46
5 CASOS CONCRETOS	48
5.1 FRANCISCO DA COSTA ROCHA - “CHICO PICADINHO”	49
5.2 JOÃO ACÁCIO PEREIRA DA COSTA - “BANDIDO DA LUZ VERMELHA”	52
5.3 FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA - “MANÍACO DO PARQUE”	54

5.4 SUZANE RICHTHOFEN E IRMÃOS CRAVINHOS - “CASO RICHTHOFEN” .56

CONSIDERAÇÕES FINAIS 61

REFERÊNCIAS..... 65

ANEXOS 71

INTRODUÇÃO

A personalidade do ser humano é definida como um conjunto de características psicológicas que definem o indivíduo. Ao sofrer de um transtorno de personalidade, o indivíduo passa a contemplar variações emocionais e comportamentais, já que sua personalidade é inflexível e funciona de forma distorcida.

A lista de transtornos de personalidade é vasta, porém o enfoque desse artigo é a personalidade psicopática. A psicopatia é uma anomalia psíquica, no qual a conduta social do indivíduo se encontra patologicamente alterada, afetando o seu comportamento em sociedade.

O instituto da psicopatia foi abordado, especificadamente, pela primeira vez em 1941, pelo psiquiatra americano Hervey Milton Cleckley, em seu livro “A Máscara da Sanidade”. Outra informação relevante vem da psiquiatra Ana Beatriz Babosa Silva, médica graduada pela UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), afirmando que a cada 25 pessoas no Brasil, uma é psicopata, e em sua maior parte, são homens.

Destaca-se que existem vários tipos de psicopatas na sociedade, que serão abordados mais à frente. A partir dessa análise, serão abordadas as características desses indivíduos, como essas alteram seu comportamento, para que, ao final, conclua-se sobre sua culpabilidade.

Nesses ditames, o Direito precisa se impor e regular as novas situações criadas, incluindo em seu ordenamento jurídico as atualizações legislativas necessárias em detrimento da paz social e organização jurídica.

Entretanto, em determinadas ocasiões o Direito não se manifesta como deveria ou mantém-se silente, o que pode acarretar longas discussões doutrinárias e jurisprudenciais, justamente pelo motivo da não pacificidade sobre determinado tema, gerando insegurança jurídica a todo ordenamento.

Devido à tamanha insegurança, estabelece como objetivo geral do presente trabalho analisar a figura do psicopata no judiciário brasileiro, colocando em pauta os tipos de personalidades psicopáticas juntamente com o seu cometimento de crime, no que se refere à culpabilidade. Deve-se observar a forma que o Estado intervém quando esses indivíduos agem em desconformidade com a legislação brasileira.

Através do dissertado, surge um problema que já se estende por um longo período, qual seja sobre a responsabilidade penal do psicopata à luz do ordenamento jurídico penal brasileiro. O presente trabalho, portanto, trata sobre a problemática da forma ideal que deve-se punir esse indivíduo quando o mesmo comete algum delito.

Assim, a figura do psicopata no ordenamento jurídico é tema que enfrenta divergentes opiniões entre os doutrinadores, bem como os respectivos tribunais, não existindo uma fórmula hoje, serena e única sobre o assunto.

Em primeiro momento, será demonstrada a relação entre a Psicologia Jurídica, Criminologia e Direito, bordando um pouco mais a fundo sobre a Criminologia.

Após, vislumbra-se importantíssima os aspectos da psicopatologia, bem como suas características essenciais.

Posteriormente, haverá a solidificação do enquadramento do criminoso psicopata na legislação penal brasileira. Consecutivamente, a dissertação dos tipos penais que envolvam a culpabilidade, bem como as sanções penais possíveis para o caso.

Em seguida, será analisado o psicopata no cumprimento da pena, como este se porta no sistema prisional brasileiro e a respeito do retorno desse a sociedade após o cumprimento da pena.

Por último, foram elencados alguns casos concretos de psicopatas mais famosos no Brasil e explicado cada um deles.

Destarte o tema proposto, existe uma árdua discussão aos moldes mencionados. O Código Penal Brasileiro, em certas ocasiões, não se faz suficiente e útil em determinadas controvérsias, pelo motivo de sua instituição ter sido no ano de 1940.

1 PSICOLOGIA JURÍDICA, CRIMINOLOGIA E DIREITO

A Psicologia e o Direito apresentam importante ponto em comum, qual seja o estudo da conduta humana. A Psicologia é a ciência responsável por estudar elementos psíquicos do comportamento humano, procurando compreender como estes podem interferir no decorrer da vida. Já o Direito, preocupa-se com as relações do homem em sociedade, objetivando analisar o comportamento em relação às leis estabelecidas e a aplicação das normas e regras, estudando como essas serão aplicadas no caso concreto.

No estudo do Direito e a Psicologia, destaca-se a Psicologia Jurídica, caracterizando o conhecimento especializado que comporta as duas áreas. A Psicologia Jurídica possui grande importância no âmbito criminal, pois dentre seus objetivos, além de avaliar o comportamento do ser humano, está o de analisar como este pode afetar a conduta ao ponto de levá-lo a infringir as normas vigentes do ordenamento jurídico.

Em paralelo, destaca-se a Criminologia, conceituada por Sutherland como o “conjunto de conhecimentos sobre o delito como fenômeno social. A Criminologia vem a ser a ciência que se ocupa do delito e do delinquente como fenômeno individual e social”.

Dessa forma, a Criminologia estuda o fenômeno e as causas da criminalidade, juntamente com a personalidade do delinquente, conhecendo o criminoso a partir da sua vida psíquica, bem como compreendendo o motivo que levou o indivíduo a praticar o ato ilegal, e quais foram os fatores capazes de influenciarem sua conduta.

Identificar possíveis distúrbios de personalidade que podem levar o sujeito à prática de um ato delituoso é condição *sinequanon* da atuação da Psicologia no campo do Direito. Todavia, essa tarefa não é fácil, e para que isso seja possível, se faz necessária à utilização de outra ciência, a Psicopatologia.

Segundo Cheniaux (2002, p.11), a “psicopatologia é uma ciência autônoma, e não meramente um ramo da psicologia. Enquanto esta tem sua origem na filosofia, a psicopatologia nasce com a clínica psiquiátrica”.

Portanto, a Psicopatologia estuda a doença mental em seus diversos aspectos, como sua natureza, suas causas, suas formas de manifestações, identificando os comportamentos e experiências que podem indicar um estado mental ou psicológico anormal.

Apesar dos mesmos comportamentos estarem presentes em diferentes criminosos, não é possível estabelecer um padrão delituoso para todos, tendo em vista que cada indivíduo é psicologicamente diferente do outro, e assim podem apresentar condutas diversas.

A partir das ciências citadas nesse capítulo, é possível analisar e buscar os fatores que contribuem para a conduta delitiva, estudando não só as causas da criminalidade, mas também a personalidade e o comportamento do criminoso.

1.1 DA CRIMINOLOGIA

No entendimento de Lyra (1995, p. 06), Criminologia se define como estudo do crime, a saber:

A ciência que estuda: a) as causas e as concausas da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade; b) as manifestações e os efeitos da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade; c) a política a opor, assistencialmente, à etimologia da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade, suas manifestações e efeitos.

O objeto da Criminologia está dividido em quatro vertentes: delito, delinquente, vítima e controle social. O delito, também chamado de crime, é o fenômeno social e comunitário a exigir do pesquisador uma empatia para se aproximar e o entender em suas múltiplas facetas. O delinquente é o indivíduo que contrariou a norma maior, sendo estudado a sua personalidade. A vítima, por sua vez, caracteriza-se à pessoa que sofreu a atitude delituosa. Por fim, o controle social é mecanismo que busca sujeitar os indivíduos a determinadas normas de convivência social.

No que diz respeito à classificação, segundo a doutrina dominante, a criminologia poderá ser geral e clínica. Segundo Sumariva (2017, p.12), a Geral consiste na “sistematização, comparação e classificação dos resultados obtidos no âmbito das ciências criminais acerca do crime, criminoso, vítima, controle social e criminalidade”. Já a Criminologia Clínica, estuda o indivíduo em suas peculiaridades, sua personalidade, especificadamente quanto a sua conduta, bem como o seu comportamento, utilizando métodos e técnicas para o devido conhecimento do indivíduo.

Outro ponto importante a ser destacado foi o surgimento das Escolas Criminológicas, utilizando a interdisciplinaridade de diversas disciplinas, como por exemplo, Biologia, Psicologia, Psiquiatria, etc. O objetivo dessas Escolas é estudar o criminoso/delinquente, objetivando saber a origem do crime, bem como preveni-lo e combatê-lo. Sob a ótica das escolas criminológicas, a criminologia se divide em três principais Escolas: Escola Clássica (século XVIII), Escola Positiva (XIX) e Escola Sociológica (ao final do século XIX).

A primeira foi a Escola Clássica, onde seu surgimento se dá através do Iluminismo italiano do século XVIII. Sampaio (2019, p.33) elenca diversos princípios que eram utilizados como base fundamental nessa escola, sendo eles: o crime é um ente jurídico, não é uma ação, mas sim uma infração; a punibilidade deve ser baseada no livre-arbítrio; a pena deve ter nítido caráter de retribuição pela culpa moral do delinquente (maldade), de modo a prevenir o delito com certeza, rapidez e severidade e a restaurar a ordem externa social; método e raciocínio lógico-dedutivo.

Segundo esses princípios, o homem é um ser livre e racional, capaz de tomar decisões e arcar com suas consequências. Segundo Sampaio, a Escola Clássica partiria de duas teorias (2019, p.33):

Os Clássicos partiram de duas teorias distintas: o jusnaturalismo (direito natural, de Grócio), que decorria da natureza eterna e imutável do ser humano, e o contratualismo (contrato social ou utilitarismo, de Rousseau), em que o Estado surge a partir de um grande pacto entre os homens, no qual estes cedem parcela de sua liberdade e direitos em prol da segurança coletiva.

Um dos grandes pensadores marcantes dessa escola foi Marquês de Beccaria, no qual escreveu em 1763 seu livro “Dos Delitos e das Penas”, denunciando as praticas de torturas, a desproporcionalidade das penas e os abusos dos juízes.

A segunda escola foi a Escola Positiva, com surgimento na Europa (século XIX), em face da insuficiência dos ideais iluministas, tendo a fase antropológica (Lombroso), sociológica (Ferri) e jurídica (Garófalo).

Em síntese, Cesare Lombroso examinava as características fisionômicas e as comparava com os dados estatísticos acerca da criminalidade, utilizando o método empírico-indutivo ou indutivo-experimental em suas pesquisas. Afirmava que o crime é um fenômeno biológico, analisando a estrutura torácica, estatura, peso, tipo de cabelo, exames de crânios, formando a “teoria do criminoso nato”.

A respeito dessa teoria (2002, p.191), Molina em seu livro Criminologia: uma introdução a seus fundamentos teóricos, destaca:

A contribuição principal de Lombroso para a Criminologia não reside tanto em sua famosa tipologia (onde destaca a categoria do “delinquente nato”) ou em sua teoria criminológica, senão no método que utilizou em suas investigações: o método empírico. Sua teoria do “delinquente nato” foi formulada com base nos resultados de mais de quatrocentas autópsias de delinquentes e seis mil análises de delinquentes vivos, e o atavismo que, conforme seu ponto de vista caracteriza o tipo criminoso – ao que parece – contou com o estudo minucioso de vinte e cinco mil reclusos de prisões europeias.

Como seguidor de Lombroso, surgiu Enrico Ferri, afirmando que a criminalidade derivava de fenômenos antropológicos, físicos e culturais. Classificou ainda os criminosos em natos, loucos, habituais, de ocasião e por paixão. Diante da teoria de Ferri, Molina (2002, p.195) destaca:

Ferri é justamente conhecido por sua equilibrada teoria da criminalidade (equilibrada apesar do seu particular ênfase sociológico), por seu programa ambicioso político criminal (substitutivos penais) e por sua tipologia criminal, assumida pela Scuola Positiva. Ferri censurou os “clássicos” porque renunciaram a uma teoria sobre a gênese da criminalidade, conformando-se a partir da constatação fática desta, uma vez ocorrida. Propugnava, em seu lugar, por um estudo “etiológico” do crime, orientando à busca científica de suas “causas”.

Por fim, surge Rafael Garófalo (1851-1934), afirmando que o crime estava no próprio homem em si. Abordou ainda sobre a necessidade outra forma de intervenção penal

(medida de segurança) e classificou os criminosos em natos, fortuitos ou pelo defeito moral especial. Sobre esse pensamento, Molina (202, p. 199) destaca:

O característico da teoria de Garófalo é a fundamentação do comportamento e do tipo criminoso em uma suposta anomalia (não patológica) psíquica ou moral. Trata-se de um déficit na esfera moral da personalidade do indivíduo, de base orgânica, endógena, de uma mutação psíquica (porém não de uma enfermidade mental), transmissível por via hereditária e com conotações atávicas e degenerativas.

Em apertada síntese, Sampaio (2019, p.39) aborda os principais postulados da Escola Positiva, sendo eles: o direito penal é obra humana; a responsabilidade social decorre do determinismo social; o delito é um fenômeno natural e social (fatores biológicos, físicos e sociais); a pena é um instrumento de defesa social (prevenção geral); método indutivo-experimental; os objetos de estudo da ciência penal são o crime, o criminoso, a pena e o processo.

Por fim, a Escola Sociológica, baseada no marxismo, apoiava seus estudos partindo do pré suporte que o ambiente (ambiente familiar e moral, educação, etc) é um fator determinante da criminalidade. Sobre essa Escola, Barrata (2002, p.165) afirma:

As maiores chances de ser selecionado para fazer parte da “população criminosa” aparecem, de fato, concentradas nos níveis mais baixos da escala social (subproletariado e grupos marginais). A posição precária no mercado de trabalho (desocupação, subocupação, falta de qualificação) e defeitos de socialização familiar e escolar, que são características dos indivíduos pertencentes aos níveis mais baixos, e que na criminologia positivista e em boa parte da criminologia liberal contemporânea são indicados como as causas da criminalidade, revelam ser, antes, conotações sobre a base das quais o status de criminoso é atribuído.

2 ASPECTOS DA PSICOPATOLOGIA

2.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A personalidade está sujeita a transtornos em seu desenvolvimento, que poderá acarretar no desvio de personalidade, refletindo sobre o comportamento do indivíduo perante a sociedade, e, inclusive, acarretar consequências na esfera do mundo jurídico.

Sendo a Psicopatologia a ciência que estuda as anormalidades psíquicas do ser humano, esta engloba também suas doenças mentais. Dentre as doenças mentais existentes, destaca-se a Psicopatia, que aborda as causas psíquicas decorrentes de traumas sofridos em determinado momento de vida, ocasionando um quadro patológico grave ao indivíduo.

Assim, o portador da psicopatia possui como característica básica o temperamento e caráter totalmente variável, visto que não priorizam seu lado emocional e agem, na maioria das vezes, sem qualquer culpa ou remorso.

O renomado Hungria (1942, p.140), nas mesmas entrelinhas dissertadas anteriormente, define os psicopatas como:

Portadores de psicopatias a escala de transição entre psiquismo normal e as psicoses funcionais. Seus portadores são uma mistura de caracteres normais e caracteres patológicos. São os inferiorizados ou degenerados psíquicos. Não se trata propriamente de doentes, mas de indivíduos cuja constituição é *ab initio*, formada de modo diverso da que corresponde ao *homo medius*.

Considera-se que o ser humano possui uma conduta normal a partir do momento que ele respeita a norma e o padrão social do meio em que vive. A anormalidade, ao contrário, seria justamente o desvio do padrão de comportamento socialmente aceitável.

A avaliação de um comportamento anormal, segundo João Farias Júnior (2008, p. 311) se baseia resumidamente em três aspectos: i) pela frequência das ocorrências

anormais, ou seja, indica algo fora da norma que interfere na capacidade da pessoa; ii) pelas características dos indivíduos, sendo essas avaliadas minuciosamente; iii) pela aferição das características através de testes e exames psicológicos, identificando assim qual o transtorno que a pessoa em questão sofre.

Dessa forma, Costin (1978, p. 67) conclui que o ser humano é a feição do meio em que habita:

Ao avaliar-se a anormalidade como base nos desvios dos padrões socialmente aceitáveis de comportamento, está sujeito a ideias do relativismo cultural, pois o que é julgado como comportamento desajustado e inadequado numa sociedade, pode não sê-lo em outra. Tais julgamentos podem também variar dentro de uma dada sociedade, dependendo particularmente do lugar onde o comportamento ocorre.

A partir do diagnóstico etiológico, o criminalista João Farias Junior, em seu Manual de Criminologia (2008, p.317), classificou o delinquente do seguinte modo:

A) Exógeno mesológico: apresenta como características principais a falta do senso de dever, não distingue a atividade lícita da ilícita, a ameaça penal ou o castigo não lhe infundem nenhum temor e dificilmente estrutura família segundo os padrões sociais; B) Mesoendógeno: portadores de conduta anônima, personalidades psicopáticas ou neuróticas. Dentre as classificações, estes são considerados os mais perigosos; C) Petoendógeno: possuem uma doença ou seu desenvolvimento mental retardado ou incompleto, acarretando na insanidade mental.

O presente trabalho objetiva analisar as personalidades psicopáticas que incidem no crime, ou seja, os mesoendógenos. A personalidade destacada vislumbra-se pelo desajustamento social, perturbações constitucionais, tendências de reação às normas, e quanto às dificuldades de adaptação ao meio em que vive, intensificando-se com o desenvolvimento do indivíduo.

Para facilitar o estudo, destacam-se as características principais dessa patologia, sendo elas: I) encanto superficial, sendo capazes de manipular as pessoas que estão a sua volta; II) mentiras sistemáticas, usando delas como “base” para sua vida; ausência de sentimentos afetuosos; III) ausência de consciência moral, ou seja, não importa o meio que ele utilizará para atingir seu objetivo; IV) comportamentos Impulsivos; incorrigibilidade; V) falta de adaptação social, tendo dificuldades de socializar com outros indivíduos.

Segundo Schneider (2008, p. 275), renomado psiquiatra alemão e um dos fundadores do estudo do transtorno de personalidade, aferiu sobre a pessoa cuja personalidade foge à média normal, bem como aquela que sofre ou causa sofrimento por causa de sua anormalidade. Assim, ele distingue os tipos de personalidades psicopáticas pela seguinte maneira:

a) Psicopatas hipertímicos: indivíduos alegres que apresentem ataques de fúrias repentinamente e possuem sexualidade exaltada; b) Psicopatas depressivos: indivíduos melancólicos, pessimistas e descontentes; c) Psicopatas explosivos: apresentam ataques de fúrias repentinamente e são altamente irritáveis; d) Psicopatas fanáticos: seus ideais estão acima e prevalecem sobre qualquer coisa, sendo estes usados como fundamento para cometimento de algum delito; e) Psicopatas lábeis de estado de ânimo: altera entre a alegria e tristeza facilmente, acarretando em oscilações de ânimos; f) Psicopatas astênicos: são sensitivos, insatisfeitos e assustadiços, considerando-se inferiores aos demais grupos; g) Psicopatas anancásticos: possuem complexos de inferioridade e são altamente inseguros; h) Psicopatas necessitados de Valorização: suas idealizações são fanáticas, conhecidos também por terem personalidade narcisista; i) Psicopatas abúlicos: facilmente influenciáveis por não possuir vontade própria; j) Psicopatas desalmados: não possuem qualquer tipo de sensibilidade.

2.2 TRANSTORNO DE PERSONALIDADE X DOENÇA MENTAL

Segundo a classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10), os transtornos de personalidade são estados e tipo de comportamentos característicos que expressam maneiras no modo de pensar, perceber, reagir e se relacionar com os outros.

Esses indivíduos pertencem a um grupo de pessoas em que os traços emocionais e comportamentais são muito inflexíveis e mal ajustados. Os sinais e sintomas variam de acordo com o tipo de transtorno de personalidade. A Associação Norte Americana de Psiquiatria, através de seus critérios de classificação e diagnóstico de transtornos mentais, fala sobre os Transtornos da Personalidade da seguinte forma:

Um Transtorno da Personalidade é um padrão persistente de vivência íntima ou comportamento que se desvia acentuadamente das expectativas da cultura do indivíduo, é invasivo e inflexível, tem seu início na adolescência ou começo da idade adulta, é estável ao longo do tempo e provoca sofrimento ou prejuízo.

Menciona ainda a CID 10, acerca dos diversos tipos de transtornos de personalidade:

Esses tipos de condição abrangem padrões de comportamento profundamente arraigados e permanentes, manifestando-se como respostas inflexíveis a uma ampla série de situações pessoais e sociais. Eles representam desvios extremos ou significativos do modo como o indivíduo médio, em uma dada cultura, percebe, pensa, sente e, particularmente, se relaciona com os outros. Tais padrões de comportamento tendem a ser estáveis e a abranger múltiplos domínios de comportamento e funcionamento psicológico. Eles são frequentemente, mas não sempre, associados a graus variados de angústia subjetiva e a problemas no funcionamento e desempenhos sociais.

Segundo o Fernando Portela Câmara, psiquiatra, “a pessoa com transtorno de personalidade não altera seus padrões de reação, mesmo quando esses padrões se mostram repetidamente ineficazes e as consequências são negativas. Esses padrões são chamados de mal adaptativos porque a pessoa não se ajusta (adapta) às exigências das circunstâncias”.

Desse modo, a personalidade apresenta um transtorno quando seu desenvolvimento ocorre de forma anormal, ou seja, esse indivíduo é desajustado no meio em que vive, ocasionando um conflito entre o indivíduo e a norma cultural, étnica e social na sociedade em que habita.

O psiquiatra Câmara (2017), em seu artigo “Introdução aos transtornos de personalidade” menciona sobre o tema:

O portador de um TP (transtorno de personalidade) tem consciência dos seus deveres e do que é certo ou errado, mas falta-lhe uma consciência moral clara, delineada. São imaturos, não aprendem com as experiências passadas para melhor se orientar no presente, e não conseguem adiar a satisfação imediata de desejos que possam ser profundamente inadequados para o momento. Falta-lhe consciência moral para compreender a repercussão de suas atitudes inadequadas sobre as pessoas e sobre si mesmos, e transfere frequentemente a culpa para os outros. Enfim, o caráter psicopático.

Um ponto importante a ser destacado é o fato de que os transtornos de personalidade não têm uma cura conhecida. Porém, um diagnóstico correto e o acompanhamento com neurologistas, psiquiatras e psicólogos é de extrema importância para garantir uma melhor qualidade de vida ao indivíduo e ao meio que habita.

A personalidade psicopática não se inclui na categoria das moléstias mentais, acarretadoras da irresponsabilidade do agente. Inscreve-se no elenco das perturbações da saúde mental, em sentido estrito, determinantes de redução da pena (TJMT – AC – Rel. Costa Lima – RT 462/409).

Haveria o peticionário de merecer tratamento penal adequado à sua condição de psicopatia, de responsabilidade diminuída, porquanto os portadores desse tipo de enfermidade, ainda que não comportem inclusão no rol dos oligofrênicos, de toda irresponsabilidade, formam a escala de transição entre o psiquismo normal e as psicoses funcionais. Seus portadores são uma mistura de caracteres normais e caracteres anormais. São os degenerados ou inferiorizados psíquicos. Não se trata propriamente de doentes, mas de indivíduos cuja constituição é ab initio formada de modo diverso do que corresponde ao homo medius. São personalidades desviadas do tipo normal (TACRIM-SP – Rev. – Rel. Canguçu de Almeida – JUTACRIM 85/541).

A personalidade psicopática revela-se pelas perturbações da conduta e não como enfermidade psíquica. Destarte, embora não enfermo mental é o indivíduo portador de anomalia psíquica, que se manifestou quando do seu procedimento violento, ao cometer o crime, justificando, de um lado, a redução da pena, dada a sua semi-responsabilidade; e, de outro, a imposição, por imperativo legal, da medida de segurança (TJSP – Rev. – Relator Des. Adriano Marrey – RT 442/412).

Comprovada a redução da capacidade de entendimento ou de autogoverno resultante da anomalia mental do réu, impõe-se a diminuição da pena, em face da menor possibilidade de motivação de acordo com o direito e da menor censuralidade pessoal (TJMG – Rec. – Rel. Anibal Pacheco – RT 621/348).

Por fim, entende-se que os transtornos de personalidade não são doenças mentais, mas sim anomalias do desenvolvimento psíquico que acompanham o indivíduo para o resto da vida. Já as doenças mentais surgem em uma determinada fase da vida, e são passíveis de tratamento. Além disso, não são inflexíveis como os transtornos de personalidade.

Diferente daquele indivíduo que portava algum tipo de doença mental, o francês Philippe Pinel, em 1806, constatou que essas pessoas que portavam o transtorno não tinham ou portavam qualquer tipo de alucinação ou delírio.

Atualmente, a psicopatia é considerada um distúrbio de personalidade, sendo ela uma das mais difíceis de identificar. Este distúrbio acarreta, ao psicopata, a falta de consciência e empatia nos seus atos cotidianos, tornando-o por muitas vezes, uma pessoa altamente manipuladora.

Desse modo, o crime psicopático não é consequência de doença mental, mas sim condicionado à incapacidade de aceitação pelo indivíduo das normas morais necessárias a sua adaptação social (COHEN, 1999).

2.3 A PSYCHOPATHY CHECKLIST

Em 1991, foi criada a chamada escala *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R), pelo psicólogo canadense Robert Hare, especialista em psicologia criminal e psicopatia, que objetiva a identificação de psicopatas, através do transtorno da personalidade do indivíduo. Assim, Hare (2013, p. 48) explica:

A Psychopathy Checklist (Avaliação de Psicopatia) permite a discussão das características dos psicopatas sem o menor risco de descrever simples desvios sociais ou criminalidade ou de rotular pessoas que não têm nada em comum, a não ser o fato de terem violado a lei. Ela também fornece um quadro detalhado das personalidades perturbadas dos psicopatas que se encontram entre nós.

Duas dimensões foram criadas pela escala de Hare, a emocional/interpessoal e o desvio social. Além disso, os psiquiatras dão uma pontuação de 0 a 2 a cada tópico, conforme ausência, presença moderada ou forte de cada uma das características tipificadas.

2.3.1 DIMENSÃO SOBRE O EMOCIONAL/INTERPESSOAL

Os psicopatas normalmente possuem uma conversa bastante atraente, muito bem articulada e convincente, o que caracteriza o aspecto eloquente e superficial. De modo geral, contam histórias possivelmente improváveis, porém convincente a quem ouve e demonstram tamanha segurança no que falam, mesmo possuindo conhecimento superficial sobre o assunto.

Sobre esta temática, na mesma linha de entendimento, Silva (2008, p. 69) disserta:

Outro sinal muito característico desse comportamento é a total falta de preocupação ou constrangimento que esses psicopatas apresentam ao serem desmascarados como farsantes. Não demonstram a menor vergonha

caso sejam flagrados em suas mentiras. Ao contrário, podem mudar de assunto com a maior tranquilidade ou dar uma resposta totalmente fora do contexto.

A característica na modalidade do egocêntrico e grandioso norteia um sentimento de superioridade em relação aos outros, e acreditam que suas opiniões e pensamentos possuem mais valor. Geralmente criam suas próprias regras, caracterizadas por arrogância e vaidade.

De outro lado, a ausência de remorso ou culpa, conforme Hare (2013, p. 56), estabiliza-se pelo entendimento de desculpa para a conduta praticada, conforme expõe:

A falta de remorso ou de culpa do psicopata está associada com uma incrível habilidade de racionalizar o próprio comportamento e de dar de ombros para a responsabilidade pessoal por ações que causam desgosto e desapontamento a familiares, amigos, colegas e a outras pessoas que seguem as regras sociais. Em geral, os psicopatas têm desculpas prontas para o próprio comportamento e, às vezes, até negam completamente que o fato tenha acontecido.

A ausência de remorso ou culpa é uma das características marcantes nos psicopatas, justamente por não se preocupar ou não se arrepender de suas ações, mesmo quando admite a realização de certo ato.

No tocante à falta de empatia, Silva (2008, p. 73), assevera: “para os psicopatas, as outras pessoas são meros objetos ou coisas, que devem ser usados sempre que necessários para a satisfação do seu bel-prazer”.

A característica personalíssima de enganador e manipulador são bastantes presentes no mundo dos psicopatas. Com essa capacidade, passam a falsa imagem de que podem ser reabilitados. Hare (2013, p. 61) aponta que:

Com o poder da própria imaginação, dirigida e voltada apenas para eles próprios, os psicopatas parecem não se intimidar nem um pouco com a possibilidade, e às vezes até com a certeza, de serem descobertos. Quando pegos em uma mentira ou desafiados com o confronto da verdade, raramente ficam perplexos ou constrangidos – simplesmente mudam suas histórias ou tentam retrabalhar os fatos, de modo que pareçam consistentes com a mentira.

Por conseguinte, as emoções rasas são consideradas características que tornam incapazes os indivíduos de nutrir bons sentimentos a outras pessoas. Nesse âmbito, Silva (2008, p. 73) explica:

Os psicopatas apresentam uma espécie de "pobreza emocional" que pode ser evidenciada pela limitada variedade e intensidade de seus sentimentos. São incapazes de sentir certos tipos de sentimento como o amor, a compaixão e o respeito pelo outro. Por vezes podem nos confundir ao apresentarem episódios emocionais dramáticos, fúteis e de curta duração. No entanto, se observarmos com mais cautela, constataremos que esses episódios não passam de pura encenação.

2.3.2 DIMENSÃO SOBRE O DESVIO SOCIAL

Referente à dimensão sobre o desvio social, primeiramente, no tocante as características, verifica-se o impulsivo, sendo aquele que vive apenas o momento, buscando o prazer e ou satisfação imediata.

Comumente, os psicopatas abandonam seus empregos, apresentam facilidade de rompimento em seus relacionamentos, mudam de planos rapidamente, por não pensarem no futuro.

Já a característica de fraco controle do comportamento, assimila que os controles inibitórios dos psicopatas são fracos, ou seja, apresentam um comportamento agressivo, perdendo o controle de suas ações.

Porém, destaca Silva (2008, p. 46) que a “deficiência no seu poder de autocontrole não lhe retira a consciência dos atos praticados. Mesmo agindo com frieza e violência, são incapazes de vivenciar a verdadeira emoção consequente da sua conduta”.

A necessidade de excitação, em contrapartida, significa que a pessoa vive em um mundo com muitas atribuições, não conseguindo lidar com uma rotina ou em ambiente monótono. Em decorrência disso, sua ação acaba acarretando na quebra de regras já estabelecidas.

Sob outra perspectiva, a característica da falta de responsabilidade, atribui à negatória de obrigações e compromissos. Logo, não conseguem honrar seus compromissos.

Hare (2013, p. 78) complementa que os psicopatas não se preocupam em usar os recursos da família e pessoas próximas para sair de uma situação de dificuldade, não se intimidando com a possibilidade de resultar riscos a esses:

Com frequência, os psicopatas são muito hábeis em convencer os outros – “Eu aprendi minha lição”; “Você tem a minha palavra de que isso não vai acontecer de novo”; “Isso tudo foi um grande mal-entendido”; “Pode confiar em mim”. Eles têm praticamente o mesmo êxito quanto tentam convencer o sistema de justiça criminal de que estão bem-intencionados e são confiáveis. Embora consigam manejar bem a situação e obter a liberdade condicional, a suspensão da sentença ou a soltura antecipada da prisão, simplesmente ignoram as condições impostas pelo tribunal. Ou seja, ainda que estejam diretamente sob o jugo do sistema judiciário, não cumprem as obrigações impostas.

Já quanto ao comportamento precoce, no geral, começam a mostrar os problemas ainda na infância. Características desses problemas são as mentiras, fraudes, vadiagem, perturbação no andamento das aulas, vandalismo, bullying, uso de drogas e sexualidade precoce.

Por fim, ressalta-se o comportamento adulto antissocial, versando na crença que as regras existentes na sociedade são inconvenientes e insensatas. Assim, o indivíduo acaba estabelecendo suas próprias regras. Além disso, Hare (2013, p. 81) preceitua:

Muitos atos antissociais dos psicopatas levam a condenações criminais. Até mesmo nas prisões eles se destacam, em grande parte porque suas atividades antissociais e ilegais são *mais variadas e frequentes* do que as dos demais criminosos.

Os psicopatas têm total ciência dos seus atos, sabendo perfeitamente que estão agindo de tal maneira. O seu racional é perfeito, apresentando apenas a deficiência no quesito emocional.

2.4 O DELINQUENTE PSICOPATA

Psicopata é um tipo de transtorno de personalidade, uma maneira de ver e de ser, no qual o outro não representa nada (indiferença), sendo apenas um instrumento para obter o que ele deseja.

Os médicos Ricardo de Oliveira Souza (neurologista) e Jorge Moll Neto (neurorradiologista) desenvolveram uma pesquisa com o intuito de avaliar e mapear a mente dos psicopatas.

Da pesquisa supramencionada, conclui-se que os psicopatas nascem com o sistema límbico (unidade responsável pelas emoções e comportamentos sociais) não funcionando, sendo totalmente guiado pela razão, ou seja, o cérebro responde de forma diferente quando submetidos a julgamentos morais.

Os psicopatas podem viver em sociedade sem o cometimento de delitos, considerando que muitos deles não se dedicam ao crime. No caso do psicopata infrator, este reproduz externamente todos os atritos gerados no seu relacionamento interpessoal, todos relacionados à vida afetiva emocional.

Um dado importante observado por Ana Beatriz Barbosa Silva, psiquiatra, palestrante e escritora, foi à conclusão de que “eles somam 4% da população mundial, desses 3% são homens e 1% mulheres. Podemos dizer que, no Brasil, a cada 25 pessoas 01 é psicopata. Eles estão por todas as partes, vivendo como pessoas comuns”.

Além disso, afirma o médico Jesús Pujol que a questão emocional é fundamental à concretização da personalidade do psicopata:

Os psicopatas são pessoas com problemas relativamente à manutenção de relações interpessoais e de gestão das emoções. Aparentemente são frios, embora não seja verdade que não tenham emoções – têm-nas, e muito intensas. O que não têm são remorsos, que é o que gera uma tendência à delinquência, mas não em todos os casos, claro.

Dessa forma, observa-se que a complexidade da psicopatia transcende os estereótipos. O cérebro dos psicopatas é diferente, sob o ponto de vista anatômico e funcional, apresentando anomalias estruturais que uma pessoa normal não revela.

A partir de estudos sobre a psicopatia, concluiu-se que os psicopatas possuem menos conexões entre o córtex pré-frontal ventromedial (parte do cérebro responsável por sentimentos como empatia e culpa) e a amígdala, relacionada ao medo e ansiedade, conforme estudos de Michael Koenigs, professor assistente de psiquiatria na Escola de Medicina e Saúde Pública da Universidade de Wisconsin.

3 O ENQUADRAMENTO DO CRIMINOSO PSICOPATA NA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA

3.1 DIREITO PENAL E SEUS CONCEITOS

O Direito surge para garantir a convivência dos indivíduos em sociedade, sendo o Direito Penal um dos responsáveis em proteger bens jurídicos fundamentais. Assim, narra Welzel (2003, p. 33):

É missão do direito penal a proteção dos bens jurídicos mediante o amparo dos elementares valores ético-sociais da ação. O direito penal cumpre sua missão de defesa dos bens jurídicos, proibindo ou impondo ações de determinada índole. Na retaguarda dessas proibições ou ordens estão os elementares deveres ético-sociais (valores do ato), cuja vigência assegura, ameaçando com pena as atitudes ou ações que os lesionam. Com isso obtém, por um lado, um amplo e duradouro amparo dos bens, e por outro, limita as formas de acometimentos ético-socialmente reprováveis.

Segundo Cezar Roberto Bittencourt, o Direito Penal “é um conjunto de normas jurídicas que tem por objeto a determinação de infrações de natureza penal e suas sanções correspondentes”.

Para início de estudo, é de suma importância conceituar crime. A expressão crime, do latim, *crimen* ou delito do latim, *delinquere*, é definido como qualquer violação grave da lei por ação ou por omissão, dolosa ou culpável, ação ilícita, ato condenável, digno de reparação ou castigo.

Segundo o art. 1º da Lei de Introdução do Código Penal do Decreto 2.848/40, o crime caracteriza-se pela conduta (ação ou omissão) humana que gere reprovação social, violando a lei penal em vigor, a saber:

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, penas de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Deve-se conceituar o crime sob o aspecto formal, material e analítico. No âmbito formal, o crime seria a conduta descrita em uma norma penal incriminadora tipificado no diploma legal com ameaça de pena. Sob o aspecto material, seria o

comportamento humano causador de lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico tutelado. E por fim, o conceito de crime analítico é a junção de fato típico, ilícito e culpável.

Atualmente, a corrente tripartida (predominante) estabelece os elementos básicos para a constituição do crime, quais sejam: o fato típico, a ilicitude ou a antijuricidade e culpabilidade (objeto principal de análise no presente trabalho).

O fato típico é o substrato do crime, o fato humano que se enquadra nos elementos descritos no tipo penal, sendo eles a conduta, o resultado naturalístico, nexos causal e, por fim, a tipicidade.

Em relação à conduta, esta pode ser comissiva (consistente em um fazer) ou omissiva (em deixar de fazer algo), dolosa (conduta criminosa na qual o agente quis ou assumiu o resultado) ou culposa (quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia). Já o resultado naturalístico é a transformação no mundo exterior provocada pela conduta do agente. O nexos causal é o elo entre a conduta e o resultado. Por fim, a tipicidade formal se dá com a subsunção de um caso concreto a um fato típico e a material é relacionada à lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico tutelado.

A ilicitude, também chamada de antijuricidade, é o descumprimento de um determinado dever jurídico imposto pelo ordenamento jurídico à contrariedade entre a conduta do agente e a norma imposta.

Culpabilidade é o juízo de reprovação pessoal que se realiza sobre a conduta típica e ilícita praticada pelo agente, em desconformidade com o ordenamento jurídico.

3.2 CULPABILIDADE

Acerca da culpabilidade, surgiram teorias a respeito dos requisitos para responsabilização do agente, sendo elas: a teoria psicológica, a teoria psicológico-normativa e a teoria normativa pura.

Na teoria psicológica, a culpabilidade consiste na relação psíquica entre o autor e o resultado, na forma de dolo ou culpa, sendo seu único pressuposto a imputabilidade.

No tocante à teoria psicológico-normativa, a culpabilidade deixou de ser puro vínculo psíquico entre o agente e o fato e reconheceu a consciência atual da ilicitude, integrante do dolo (dolo normativo). Por último, a teoria normativa pura, é aquela que a culpabilidade não deriva de conceito de ordem psicológica, sendo constituída por três elementos que serão mencionados posteriormente.

Dentre as teorias presentes no Direito Penal, referente à culpabilidade, adota-se no ordenamento jurídico a teoria normativa pura (sistema finalista). Nessa concepção, trazido por Hans Welzel, a culpabilidade se distingue em três elementos normativos: (i) imputabilidade; (ii) potencial consciência sobre a ilicitude do fato; (iii) exigibilidade de conduta diversa.

A imputabilidade (que será abordada mais a frente) consiste nas condições pessoais do agente sobre a sua capacidade entender o fato punível, caso não venha agir de modo diverso conforme o direito.

O artigo 27 do Código Penal considera inimputável o menor de dezoito anos de idade. Já a potencial consciência sobre a ilicitude do fato é a capacidade do agente de entender, ou ao menos de poder entender que sua conduta viola uma proibição legal. A exigibilidade de conduta diversa é a possibilidade de exigir do agente que, haja de acordo com uma determinação legal diante determinada circunstância.

Na falta desses elementos citados, não irá subsistir a culpabilidade. Segundo o Código Penal (BRASIL, 1940), excluem a culpabilidade: I) inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (artigo 26, caput); inimputabilidade por menoridade penal (artigo 27); II) inimputabilidade por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior (artigo 28, § 1º); III) erro de proibição (artigo 21, caput); coação moral irresistível (artigo 22, 1ª parte); IV) obediência hierárquica (artigo 22, 2ª parte).

3.3 IMPUTABILIDADE, INIMPUTABILIDADE

SEMI-IMPUTABILIDADE

E

Segundo Rogério Greco (2018), a “imputabilidade é a capacidade para responder penalmente por seus atos, de entender o a ilicitude do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento”. Ainda, aduz que a imputabilidade é a regra e a inimputabilidade é a exceção.

Em complementação ao conceito de imputabilidade, Brodt (1996, p.46) assevera que seu objeto abrange dois elementos, conforme segue:

A imputabilidade é constituída por dois elementos: um intelectual (capacidade de entender o caráter ilícito do fato), outro volitivo (capacidade de determinar-se de acordo com esse entendimento). O primeiro é a capacidade (genérica) de compreender as proibições ou as determinações jurídicas. Bettiol diz que o agente deve poder 'prever as repercussões que a própria ação poderá acarretar no mundo social', deve ter, pois, 'a percepção do significado ético-social do próprio agir'. O segundo, a 'capacidade de dirigir a conduta de acordo com o entendimento ético-jurídico. Conforme Bettiol, é preciso que o agente tenha condições de avaliar o valor do motivo que o impele à ação e, do outro lado, o valor inibitório da ameaça penal.

Para aferir a inimputabilidade do indivíduo, existem três critérios. O critério biológico “reside na aferição da doença mental ou no desenvolvimento mental incompleto ou retardado”, não sendo necessário estabelecer se no tempo da ação ou omissão o indivíduo estava lucido.

O critério Psicológico observa a capacidade de entendimento do agente no momento da conduta, ou seja, suas condições psíquicas no momento do ato. Já o critério Biopsicológico (adotado pelo Direito Penal) caracteriza-se pela junção dos dois critérios anteriormente citado, ou seja, o desenvolvimento mental do agente e de sua capacidade de entendimento no momento da conduta.

Nesse sentido, o posicionamento dominante sobre os critérios relativos à inimputabilidade é do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), a saber:

Em sede de inimputabilidade (ou semi-imputabilidade), vigora entre nós, o critério biopsicológico normativo. Dessa maneira, não basta simplesmente que o agente padeça de alguma enfermidade mental, faz-se mister, ainda, que exista prova (v.g. perícia) de que este transtorno realmente afetou a capacidade de compreensão do caráter ilícito do fato (requisito intelectual)

ou de determinação segundo esse conhecimento (requisito volitivo) à época do fato, i.e., no momento da ação criminosa; (HC 33.401-RJ, 5ª T., rel. Felix Fischer, 28.09.2004, v.c., DJ 03.11.2004, p.212).

O Código Penal Brasileiro, em matéria atinente aos inimputáveis, conforme o art. 26, explica como o mencionado instituto recairá sobre os indivíduos:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Por fim, o ordenamento prevê a hipótese do semi-imputável no parágrafo único do art. 26, que se refere ao agente que possui discernimento parcial de seus atos praticados, não possuindo plena capacidade de entender o caráter ilícito, diminuindo sua responsabilidade, tendo como consequência a diminuição de pena:

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

3.4 SANÇÃO PENAL

Na atualidade, o Código Penal permite que o magistrado siga por dois caminhos: classificar o psicopata como imputável ou semi-imputável. Neste último, diz respeito à aplicação da sanção penal, havendo a redução de pena em favor do indivíduo.

Destaca-se que a doutrina e jurisprudência majoritária estabelecem o psicopata como semi-imputável, aplicando ao caso o parágrafo único do art. 26 do Código Penal.

No entanto, o tema não se encontra pacificado até o momento, sendo que a jurisprudência é vaga sobre o assunto e o ordenamento jurídico é totalmente omissivo quando a responsabilidade penal dos psicopatas, já que não existe nenhum dispositivo legal específico que aborde o tema. Assim, Sadalla (2017, p. 165) afirma que:

Verificamos grande dificuldade de a doutrina admitir a imputabilidade do psicopata. Tratá-lo como imputável, ou seja, propor sanção penal igual à do criminoso 'normal', seria colocá-lo no mesmo plano de igualdade jurídica e moral da sociedade. A coletividade tende a estigmatizar tais indivíduos. Outrossim, tende a chamar de psicopata qualquer criminoso que praticou de forma cruel determinado crime. Nomear alguém de psicopata é reconhecer que sua moralidade caminha por outros caminhos que a sociedade preferiu não adotar.

Por conseguinte, insta destacar que a sanção penal se divide em duas espécies: pena (aplicada aos imputáveis e semi-imputáveis) e medida de segurança (aplicada aos inimputáveis e excepcionalmente aos semi-imputáveis).

Pena é a punição estabelecida pela lei penal, decorrente de um fato típico, antijurídico e culpável, podendo ser classificada, conforme o artigo 32 do Código Penal como: privativa de liberdade, restritiva de direito ou pecuniária.

A pena privativa de liberdade consiste na constrição do direito de ir e vir, recolhendo o condenado em estabelecimento prisional, dividindo-se em: reclusão (crimes graves), detenção (crimes menos graves) e prisão simples (contravenções penais). Na pena restritiva de direito ou pecuniária, os condenados sofrerem limitações em alguns direitos como forma de cumprir a pena, ao invés de ficar na prisão.

A medida de segurança é aplicada ao agente inimputável quando acometido de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto/retardado. Duas são as medidas de segurança preceituadas no Código Penal (BRASIL, 1940), sendo elas:

Art. 96 – As medidas de segurança são:
I – internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado;
II – sujeição a tratamento ambulatorial.

Na hipótese de reconhecer o agente como semi-imputável, o juiz poderá substituir a pena por medida de segurança para o semi-imputável, conforme preceitua o Código Penal, em seu artigo 98 (BRASIL, 1940), caput, qual seja:

Art. 98. Na hipótese do parágrafo único do art. 26 deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do artigo anterior e respectivos §§ 1º a 4º.

Conforme o entendimento citado acima, o STJ posicionou-se da seguinte forma:

PENAL E EXECUÇÃO PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 121, § 2º, INCISO IV, DO CP. CONDENAÇÃO. SEMI-IMPUTABILIDADE. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR MEDIDA DE SEGURANÇA DE INTERNAÇÃO. ALTERAÇÃO PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL. IMPOSSIBILIDADE. I - O art. 98 do Código Penal autoriza a substituição da pena privativa de liberdade por medida de segurança ao condenado semi-imputável que necessitar de especial tratamento curativo, aplicando-se o mesmo regramento da medida de segurança para inimputáveis. II - O juiz deve aplicar a medida de segurança de internação ao condenado por crime punível com reclusão, possibilitada a posterior desinternação ou liberação condicional, precedida de perícia médica, ex vi do art. 97 do CP (Precedentes do STJ e do STF). Recurso especial provido. (STJ, REsp 863.665/MT, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 22/05/2007, DJ 10/09/2007, p. 296).

O Superior Tribunal de Justiça menciona ainda que é preciso ter muita cautela para que, no caso concreto, identifique o autor de um delito como psicopata, tendo em vista que a identificação somente poderá ocorrer mediante laudos psiquiátricos.

A todo o momento, o psicopata foi tratado aqui, como um indivíduo que sofre com transtorno de personalidade, e não como um portador de doença mental, devido ao fato de que esses agentes têm total ciência de seus atos (parte cognitiva racional perfeita), entendendo que esses estão infringindo as regras sociais.

Segundo a médica e psicanalista Soraya Hissa de Carvalho, o transtorno de personalidade da psicopatia não tem cura, destacando que esses agentes não possuem problema cognitivo, apenas não se importa os resultados de sua ação.

3.5 A CULTURA DO PUNITIVISMO

Um breve panorama merece ser esboçado acerca da cultura do punitivismo. Alguns jargões são comuns na sociedade em que vivemos, tais como: “bandido bom é bandido morto”, “quem defende bandido é bandido também”, entre outros, que refletem muito bem a cultura do punitivismo existente, demonstrado através de excessos movidos por um punitivismo desmedido.

Vivemos em uma sociedade na qual o estado de incerteza e insegurança é retratado por altos índices de criminalidade. Justamente por isso, os discursos midiáticos e clamores punitivistas conquistam cada vez mais adeptos.

Movimentos que reivindicam reformas que tornariam o sistema penal mais duro, com punições mais duras aos delitos já tipificados e tipificação de novos atos ainda não titularizados como crime, se tornam cada vez mais frequentes.

Andrinny Almeida, colunista do Canal Ciências Criminais, escreveu a respeito do tema, mencionando que:

A pretensão social fomenta agentes estatais que se travestem de verdadeiros heróis. O ponto nevrálgico é que esse não é o papel do Poder Judiciário e, portanto, suas decisões não devem ser orientadas pelo clamor de uma plateia faminta de justiça e de vingança. Falta também uma articulação efetiva entre os três poderes para a implementação de políticas de segurança e justiça, as quais não vislumbrem somente o encarceramento como medida punitiva, e sim como forma de reinserção e recuperação do indivíduo delincente, a fim de trazer ao povo brasileiro tudo àquilo que clamou nas urnas, sem, contudo, dar-se conta que velhas medidas simplórias não serão capazes de resolver velhos problemas complexos. Não faltam, pois, exemplos de que a aplicação de teorias punitivistas não resolve a questão da criminalidade e ainda aumentam os abusos contra civis por parte de agentes do Estado. A solução para redução da criminalidade não é simplória, como querem fazer acreditar os defensores do discurso punitivista.

Nas duas últimas décadas a criminalização de condutas foi acometida de diversos textos legais, demonstrando que o Estado utiliza o Direito Penal de modo inadequado, sendo o sistema penal atual extremamente focado em punição ao invés de responsabilização e reparação.

Para o punitivismo, o sistema penal é visto como a melhor solução para todo tipo de conflito social, sendo o Direito Penal utilizado como a *prima ratio*, entrando em conflito com o famoso princípio da *ultima ratio*, estabelecendo que o Direito Penal seja a última instrumento a ser usado pelo Estado em situações de punição por condutas contrárias aos anseios sociais.

Evinis Talon, advogado criminalista, consultor sobre Direito Penal e Processual Penal, abordou sobre “o atual momento punitivista e suas contradições”, destacando que:

Em suma, o atual momento punitivo chega a um extremo inacreditável. Os órgãos de persecução criminal e as instâncias produtoras da legislação, assim como os detentores da informação, exigem cada vez mais severidade na punição penal. Nesse sentido, essas instituições públicas e privadas exigem o aumento do rigor contra aqueles que violam a lei penal – ou a norma penal, de acordo com a teoria de *Binding* –, propondo mais sanções e menos direitos como mantra do atual momento punitivo. Entrementes, quando essas instituições propõem o aumento do rigor contra aqueles que praticam atos ilícitos, desconsideram que elas mesmas também praticam inúmeros ilícitos, seja na persecução penal, seja na fase de execução da pena. Durante a persecução criminal, por exemplo, não são raros os casos de torturas e abusos de autoridade, muitas vezes disfarçados por eufemismos como “uso moderado da força”, inclusive com respaldo em testemunhos de leigos que desconhecem o efeito oculto que essa expressão pretende produzir.

Um exemplo a ser destacado nesse contexto é a Escala *Hare PCL-R*. Como já mencionado nesse trabalho, temos um instrumento de tamanha importância elaborado por Robert Hare, chamado *Psychopathy Checklist*, utilizado para avaliação psiquiátrica e psicológica do condenado na instituição penal ao qual passará a cumprir sua pena.

Percebemos então que mesmo com um instrumento consolidado com respaldo científico como o citado anteriormente, devido a um simples perfil punitivista, acrescentado com a primariedade do tema abordado e a ausência de diálogo entre o Direito e a Psicologia, esse instrumento, altamente relevante, não é colocado em prática, devido à ausência de compromisso epistêmico no âmbito das práticas jurídicas.

3.6 A PSICOPATIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Um dos maiores problemas apresentados sobre o tema é a ausência de legislação específica que aborde o assunto.

Conforme já mencionado durante o decorrer dos capítulos, a psicopatia não consiste em doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado, o psicopata possui consciência dos seus atos. Desse modo, seria possível a responsabilização do mesmo mediante sua conduta.

Essa é a maior dificuldade apresentada, a compreensão do psicopata como possuidor de plena capacidade do saber que sua conduta contrária o ordenamento

jurídico, classificando-o como imputável. Nesses termos, estabelece Abreu (2013, p. 184):

A psicopatia não consiste em nenhuma doença mental, perturbação da saúde mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, o que afastaria os chamados elementos integradores causais da imputabilidade. Além disso, haveria plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato, bem como, de determinar-se de acordo com esse entendimento, elementos integradores consequenciais.

Em regra, os juízes aplicam as sanções previstas no artigo 26 do Código Penal, diminuindo a pena e aplicando medidas de segurança, caracterizando a inimputabilidade.

O Código Penal traz em seus artigos 26 caput, 27 e 28, § 1, os inimputáveis. O código é omissivo, considerando que não estabelece quais são as doenças mentais inerentes a estes artigos, assim como não há previsão codificada de tempo máximo para a medida de segurança aplicada.

Determina ainda a Constituição da República Federativa, em seu artigo 5º, inciso XVII, alínea b, que não haverá pena de caráter perpétuo, acrescentando o Código Penal, no artigo 75 caput, que nenhuma pena poderá ser superior a 30 anos, limitando assim o tempo de cumprimento da pena.

Sabe-se que os psicopatas precisam de um supervisionamento constante, visto que há duração determinada ao seu tratamento, sendo em sua maioria contínuo, visto que a cura inexiste até o momento.

Nesse sentido, o Código Penal, em seu artigo 97, parágrafo 1º, prevê a internação ou tratamento ambulatorial, por tempo indeterminado, enquanto não cessar a periculosidade, tendo como prazo mínimo de um a três anos. Porém, o Estado não fornece tratamento adequado. Apresentar o tratamento digno a tais indivíduos seria uma forma de prevenção para que o psicopata não torne a praticar delitos e evitando o cometimento de novas infrações penais.

Como destaca Trindade (2009, p.24):

O que fazer? Encarcerá-los até que cheguem a uma idade em que não representem mais risco para a sociedade? Constrange-los a participar de programas de tratamento com poucas possibilidades de êxito, enganando a eles e nós mesmos? Talvez, o melhor caminho seja o de conjugar esforços para desenvolver procedimentos inovadores especificamente destinados ao delinquente psicopata, no campo das neurociências, da psiquiatria e da psicologia, ou mesmo do controle do comportamento e monitoração eletrônico. O tempo, como sempre, será o senhor da razão.

Acerca de o psicopata ser semi-imputável, é o entendimento do Tribunal de São Paulo:

Capacidade diminuída dos psicopatas – TJSP – Os psicopatas são enfermos mentais, com capacidade parcial de entender o caráter criminoso do ato praticado, enquadrando-se, portanto, na hipótese do parágrafo único do artigo 22 (art. 26 vigente) do Código Penal (redução facultativa de pena).

3.7 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

Após a análise de pesquisa jurisprudencial, é possível inferir a inexistência ou a baixa incidência do assunto entre os diversos Tribunais do país. Com efeito, a universitária Alexandra Carvalho Lopes de Oliveira em sua monografia intitulada “A responsabilidade penal dos psicopatas”, realizou uma pesquisa (até 31/10/2012) detalhada dos processos de competência estadual relacionados aos Tribunais de Justiça de cada estado da federação, utilizando as palavras-chave “psicopatas” e “psicopatia”, obtendo os seguintes acórdãos.

- i. Tribunal de Justiça do Acre – Não há resultados.
- ii. Tribunal de Justiça de Alagoas – Quatro resultados.
- iii. Tribunal de Justiça do Amapá – Quatro resultados.
- iv. Tribunal de Justiça do Amazonas – Não há resultados.
- v. Tribunal de Justiça da Bahia – Não há resultados.
- vi. Tribunal de Justiça do Ceará - Não há resultados.
- vii. Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Quatro resultados.
- viii. Tribunal de Justiça do Espírito Santo – Não há resultados.
- ix. Tribunal de Justiça de Goiás - Não há resultados.
- x. Tribunal de Justiça do Maranhão - Não há resultados.
- xi. Tribunal de Justiça do Mato Grosso – Nove resultados.

- xii.** Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul – Treze resultados.
- xiii.** Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Cento e trinta e cinco resultados.
- xiv.** Tribunal de Justiça do Paraná – Trinta e três resultados.
- xv.** Tribunal de Justiça da Paraíba – Não há resultados.
- xvi.** Tribunal de Justiça do Pará – Não há resultados.
- xvii.** Tribunal de Justiça de Pernambuco – Não há resultados.
- xviii.** Tribunal de Justiça do Piauí – Não há resultados.
- xix.** Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – Três resultados.
- xx.** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – Um resultado.
- xxi.** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Vinte e dois resultados.
- xxii.** Tribunal de Justiça de Roraima – Não há resultados.
- xxiii.** Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Todos os resultados encontrados utilizaram o termo “psicopatia” para denominar doença mental grave, e não no mesmo sentido desta pesquisa.
- xxiv.** Tribunal de Justiça de Sergipe – Não há resultados.
- xxv.** Tribunal de Justiça de São Paulo – Não há resultados.
- xxvi.** Tribunal de Justiça de Tocantins – Um resultado.
- xxvii.** Superior Tribunal de Justiça – Não há resultados.
- xxviii.** Supremo Tribunal Federal – Seis resultados.

Conforme se pode verificar, existem longas discussões doutrinárias e jurisprudenciais, sendo que o entendimento dos tribunais, no que tange à imputabilidade dos psicopatas, não é unânime, ocasionando uma lacuna na legislação penal.

4 O PSICOPATA NO CUMPRIMENTO DA PENA

4.1 PSICOPATIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

O Sistema Prisional brasileiro vem sofrendo com a superlotação, de acordo com o INFOPEN, conforme o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, em junho de 2016 havia, na época, 689,5 mil presos no sistema penitenciário (e outros 37 mil em delegacias).

Dados realizados pelo G1 via assessorias de imprensa e por meio da Lei de Acesso à Informação, referentes a março e abril de 2019, informa que atualmente há 704.395 presos para uma capacidade total de 415.960, um déficit de 288.435 vagas.

Ainda, os dados não contabilizam os presos em regime aberto e os que estão em carceragens da Polícia Civil, visto que o número passaria de 750 mil. Já em relação aos presos provisórios, ou seja, aqueles ainda sem julgamento correspondem a 35,9%.

Analisando o sistema carcerário através do Direito Penal, trazendo como enfoque a psicopatia, cabe mencionar a Lei nº 7.210 de 11 de Julho de 1984 (Lei de Execução penal), trazendo em seus artigos 3º, 5º ao 9º a seguinte redação:

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 5º Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório.

Art. 7º A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Parágrafo único. Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do serviço social.

Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.

Art. 9º A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:

I - entrevistar pessoas;

II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;

III - realizar outras diligências e exames necessários.

Art. 9º- A. Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor.

§ 1º A identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

§ 2º A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético.

Desse modo, percebemos um sistema falho e uma legislação sem efeito, quando se trata do sistema prisional. Um exemplo a ser citado é o Complexo Penitenciário do Serrotão, em Campina Grande – PB.

Relatórios feitos por conselheiras de Direitos Humanos da unidade prisional Serrotão supramencionada, em 2012, revelam dados estatísticos cujos delinquentes fazem uso de medicação controlada sem sequer ter um diagnóstico definido, e sem a informação de ser ou não psicopata diagnosticado. Outro relatório da mesma penitenciária foi feito em 2013, relatando que não há nenhum acompanhamento psiquiátrico ou psicológico dos detentos ali inseridos.

Atualmente, como já abordado no decorrer deste trabalho, o ordenamento jurídico não traz nenhuma previsão específica para punição ao psicopata, somente previsão de crimes cometidos por qualquer sujeito da sociedade. Nesse sentido, Barros (2014) pontua:

Não serve como forma de punição aos psicopatas somente o cárcere, uma vez que apresenta inteira indiferença aos institutos penalizadores diante da sua carência afetiva. E sem o adequado acompanhamento poderão manipular a realidade, apresentando bom comportamento para serem beneficiados com a progressão de regime, por exemplo, voltando mais rápido à convivência social.

É notória a necessidade de diagnosticar esses indivíduos com transtorno de personalidade, a fim de preencher uma lacuna existente: a falta de previsão de pena a esses indivíduos bem como de tratamento específico dentro dos estabelecimentos penais a aqueles acometidos pelo transtorno.

Desse modo, fica nítido a grande falha no sistema prisional brasileiro em respeito aos psicopatas, por não ter um tratamento especial e ficarem juntos a presos comuns. Em países como a Austrália e o Canadá, e em alguns estados americanos, há diferenciação legal entre os criminosos psicopatas e os não psicopatas, o que seria ideal no Brasil e em outros países do mundo.

Convém ressaltar, o projeto de lei feito pelo deputado federal Marcelo Itagiba, em 2010 que altera a Lei nº 7.210, de 1984, Lei de Execução Penal. A proposta dele consiste em criar uma comissão técnica, independente da administração prisional, sendo obrigatória a realização de exame criminológico em psicopata condenado à pena privativa de liberdade. Apresenta ainda a previsão da separação dos presos comuns dos psicopatas no cumprimento da pena.

O artigo 2º A Lei nº 7.210, de 1984, Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescido das seguintes disposições:

Art. 6º - A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório, levando em consideração o resultado de exame criminológico.

§3º. O condenado ou preso provisório classificado como psicopata cumprirá pena em seção distinta daquela reservada aos demais presos.

Art. 112 - §3º - A transferência para regime menos rigoroso, a concessão de livramento condicional, o indulto e a comutação de penas do condenado classificado como psicopata depende de laudo permissivo emitido pela comissão técnica de que trata o art. 8º-A.

Em relação a uma execução de pena diferenciada do psicopata criminoso em apontam Morana, Stone e Elias Abdalla-Filho (2006) que:

Os transtornos de personalidade, sobretudo o tipo anti-social, representam verdadeiros desafios para a psiquiatria forense. Não tanto pela dificuldade em identificá-los, mas, sim, para auxiliar a Justiça sobre o lugar mais adequado desses pacientes e como tratá-los. Os pacientes que revelam comportamento psicopático e cometem homicídios seriados necessitam de atenção especial, devido à elevada probabilidade de reincidência criminal,

sendo ainda necessário sensibilizar os órgãos governamentais a construir estabelecimentos apropriados para a custódia destes sujeitos.

4.2 O EXAME CRIMINOLÓGICO E O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

O Exame Criminológico é abordado na Lei de Execução Penal (lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), em seu artigo 8º, dispondo da seguinte forma:

Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Dessa forma, o exame criminológico passa a trazer a individualização da pena, com o objetivo de distinguir um detento do outro, adequando o fato e a execução da pena às características do apenado. Em suma, tem por finalidade a correta individualização da pena a ser cumprida, adequando-a as características pessoais de cada preso.

Além disso, cabe ao Poder Judiciário, representado pela figura do magistrado julgar tal indivíduo, analisando particularidades psíquicas da ação. Logo, segundo Mirabete (2015), o exame é composto de:

As informações jurídico-penais (como agiu o condenado, se registra reincidência etc.); o exame clínico (saúde individual e eventuais causas mórbidas relacionadas com o comportamento delinquencial); o exame morfológico (sua constituição psíquica); o exame neurológico (manifestações mórbidas do sistema nervoso); o exame eletrencefalográfico (não para só a busca de lesões focais ou difusas de onda shap ou spike, mas da correlação – certa ou provável – entre alterações funcionais do encéfalo e o comportamento do condenado); o exame psicológico (nível mental, traços básicos da personalidade e sua agressividade); o exame psiquiátrico (saber se o condenado é pessoa normal, ou portador de perturbação mental); e o exame social (informações familiares, condições sociais em que o ato foi praticado etc.).

Recebido o exame criminológico no estabelecimento em que será cumprida a pena, à equipe multiprofissional da CTC - Comissão Técnica de Classificação irá elaborar um parecer (art. 112 da LEP), encaminhando e acompanhando o preso nos programas oferecidos acordo com seu perfil.

Conhecida a falida estrutura penitenciária, sem a necessária infraestrutura, os objetivos propostos não podem ser alcançados e os exames previstos na LEP não ocorrem como deveriam.

Como no Brasil não existe qualquer instrumento padronizado na esfera jurídico-penal que permitem essa identificação, é de extrema importância uma reforma no sistema penal para tratamento específico voltado a esses indivíduos, e que esse sistema seja estruturado, eficaz, visando também à segurança do criminoso e para a população e suas vítimas.

No que diz respeito à fixação da pena, no Brasil, adota-se o Sistema Trifásico (artigo 68 do Código Penal), onde em cada fase percorrida é necessário que o magistrado fundamente sua decisão. Entretanto, Moreira (2008) afirma:

No Brasil, os condenados por qualquer crime são vistos pelo Estado da mesma forma que um passageiro de um avião vê a floresta abaixo, ou seja, de modo absolutamente homogêneo. O princípio da individualização da pena é frequentemente esquecido nas penitenciárias, sendo comum o tratamento igualitário de pessoas com personalidades e condutas absolutamente díspares. Raras são as iniciativas dos “biólogos”, que se dão ao trabalho de analisar as diferenças entre cada um dos habitantes dessa “floresta”.

Com relação ao princípio da individualização da pena, sabe-se que a aplicação da pena não pode ser de forma genérica. As características pessoais devem ser levadas em conta, quando a pena é cominada, quando a pena é aplicada e quando a pena é executada.

Assim, o indivíduo que vier a ser condenado pela prática algum crime, terá o direito de ter sua pena individualizada. É o que aduz Nucci (2007, p. 11):

Trata-se do direito de todo acusado de obter, em caso de condenação, a pena justa, livre de qualquer padronização, decorrência natural da condição individualizada do ser humano, cada qual com vida e personalidade ímpares. Cuida-se de garantia das partes na relação processual contra o arbítrio excessivo ou mesmo abusivo do Estado-juiz.

Sobre o princípio da individualização das penas, aborda Greco (2012, p.76):

Tendo o julgador chegado à conclusão de que o fato praticado é típico, ilícito e culpável, dirá qual a infração penal praticada pelo agente e

começará, agora, a individualizar a pena a ele correspondente. Inicialmente, fixará a pena base de acordo com o critério trifásico determinado pelo art. 68 do Código Penal, atendendo as chamadas circunstâncias judiciais; em seguida, levará em consideração as circunstâncias atenuantes e agravantes; por ultimo, as causas de diminuição e de aumento de pena.

Ademais, esse princípio tem uma relação direta com o princípio da isonomia, de modo que devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades.

Todavia, a questão é extremamente complicada quando se trata de individualização da pena em sentenças aplicadas aos psicopatas criminosos, isso porque detectar o transtorno de personalidade psicopática em um sujeito é algo extremamente difícil, porquanto atualmente no Brasil não há um sistema eficaz para tal, e dessa forma, muitos acabam sendo encarados como condenados comuns.

4.3 O RISCO SOCIAL E PESSOAL DO RETORNO DO PSICOPATA E A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA

Muitos são os desafios encarados para a reintegração social do psicopata, em sua maioria, ao serem reinseridos na sociedade os psicopatas voltavam a delinquir, pelo fato destes serem incapazes de agir de acordo com as regras da convivência em sociedade. Acrescenta-se ainda o contexto prisional na qual são submetidos, seja por ausência de diagnóstico relatando sua periculosidade, seja pela falta de ambiente específicos para eles.

O objetivo maior de estabelecer uma sanção ao ato cometido é atingir a ressocialização do preso, seja ele psicopata ou não. Porém, o desafio é ainda maior quando posto em relação da psicopatia.

O intuito do ordenamento jurídico é justamente afastar o preso da sociedade com a intenção de ressocializar, porém, na prática o que ocorre é diferente. Diante do fato de ausência de remorso ou culpa, uma vez soltos, grande parte deles voltam a cometer crimes.

Observada altíssima taxa de reincidência nessa seara, Silva (2008, p.77) pontua:

Estudos revelam que a taxa de reincidência criminal (capacidade de cometer novos crimes) dos psicopatas é cerca de duas vezes maior que a dos demais criminosos. E quando se trata de crimes associados à violência, a reincidência cresce para três vezes mais.

E reitera Morana:

Para Hemphill e Cols (1998), a reincidência criminal dos psicopatas é aproximadamente três vezes maior que em outros criminosos. Para crimes violentos, a taxa dos psicopatas é quatro vezes maior que a dos não psicopatas. Morana (2003), em apenados brasileiros, encontrou reincidência criminal 4,52 vezes maior em psicopatas que em não psicopatas. Harris e Cols (1991) referem que reincidência de crimes violentos em uma amostra de 169 pacientes masculinos foi de 77% para psicopatas e 21% para não psicopatas; ou seja, mais de quatro vezes maior. Morana (2003) encontrou a taxa de 5,3 vezes mais versatilidade criminal em psicopatas quando comparada a outros criminosos. O Departamento Penitenciário Nacional (do Brasil) – DEPEN – (2003) estima a reincidência criminal no Brasil em 82%. A reincidência criminal na cidade de São Paulo é de 58%, ou seja, a cada dois presos que saem da cadeia, um retorna.

Ainda que a ressocialização seja a finalidade principal do ordenamento jurídico, bem como de a sociedade, com relação aos psicopatas, as penas privativas de liberdade ainda não cumpre com seu objetivo, que é a ressocialização social, conforma dados apontados.

Um exemplo a ser mencionado sobre a falha no quesito ressocialização é sobre o caso de Francisco Costa Rocha, conhecido popularmente como “Chico Picadinho”, que será abordado mais a frente no próximo capítulo. Conforme a jurisprudência Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, determinou-se que:

Interdição. Pretensão ao levantamento e à desinternação. Sentença de improcedência. Apelo do interditando, reincidente em crimes de homicídio qualificado, seguidos de destruição e ocultação de cadáver. Delitos praticados com crueldade e perversidade. Diagnóstico de personalidade psicopática com manifestações sádicas (CID 10, F 65.5). Característica grave, duradoura e considerada irreversível. Quadro de difícil controle e reversão, ininfluenciável à terapêutica medicamentosa ou psicoterápica. Possibilidade de recorrência comportamental não afastada. Laudos médicos-legais conclusivos. Ausência de impugnação técnica. Perícias realizadas por profissionais especializados, imparciais e detentores de conhecimentos específicos. Conclusões não afastadas por outros elementos probantes seguros e coesos. Solidez probatória. Sentença mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP: 0005327-65.1998.8.26.0625 SP, Relator: Rômulo Russo, Data de julgamento: 25/11/2015, 7ª Câmara de Direito Privado, Data da Publicação 27/11/2015).

Após cumprir quase metade anos de condenação, e em virtude do seu bom comportamento carcerário, foi colocado em liberdade. Porém, dois anos depois de receber a liberdade Chico Picadinho assassinou sua segunda vítima, utilizando o mesmo *modus operandi* para executar o crime.

5 CASOS CONCRETOS

5.1 FRANCISCO DA COSTA ROCHA - “CHICO PICADINHO”

Nascido em 27 de abril de 1942, Francisco da Costa Rocha ficaria conhecido anos depois como “Chico Picadinho”. Chico foi criado pela mãe, que trabalhava como garota de programa para conseguir dinheiro, e seu filho (Chico) presenciava toda a sena sexual ali no ambiente familiar. Seu pai, um dos clientes da sua mãe, nunca o reconheceu como filho.

Ainda na sua infância, Chico sofria pesadelos constantes, afirmando ver vultos e espíritos. O garoto costumava sair pelas noites para “caçar espíritos” e matar gatos na rua, com tamanha crueldade. Uma das suas características marcantes era gostar de histórias que envolviam demônios e vampiros.

No colégio, era visto como briguento, desatento, indisciplinado. Aos treze anos, Chico foi levado a um prostíbulo por um dos clientes da sua mãe. Aos dezessete anos, descobriu sua bissexualidade, tornando sua sexualidade cada vez mais aflorada. Passou por trabalhos como na carreira militar e corretor de imóvel, não conseguindo se fixar em nenhum emprego.

Tornou-se alcoólatra e viciado em anfetamina (drogas sintéticas que estimulam a atividade do sistema nervoso central). Chico passou a morar em um apartamento em São Paulo com um amigo, um médico que vivia uma vida dupla, que mesmo casado, levava as amantes e prostitutas para esse apartamento que vivia com Chico.

Chico sempre se comunicou muito bem e tinha um alto poder de persuasão, tornando-se fácil convencer mulheres a ir ao seu apartamento, para ter noite de sexo, bebidas e drogas.

Em 3 de agosto 1966, Chico conhece Margareth Suida, uma prostituta conhecida como Margarida. Após irem ao seu apartamento, Margareth faz piadas questionando a sexualidade de Chico, e com isso, recorda os piores fatos da sua infância, momentos que via sua mãe tendo relações sexuais com desconhecidos e ainda a mesma apanhava dos seus clientes.

Nesse momento, Chico fica violento, estrangula Margareth, que fica desacordada. Sem entender muito bem o que havia feito, começa a pensar nas consequências de seu ato. Para se livrar do corpo que ali estava, o carrega até a banheira de seu apartamento, sem qualquer arrependimento de seu ato, pois segundo ele, prostituta não tinha caráter e não merecia viver.

Recordando novamente os fatos de sua infância, Chico pega uma faca de cozinha e começa a cortar o corpo de Margareth, alguns pedaços foram colocados em um balde, outros jogados na privada e as partes maiores colocadas em uma mala.

Depois de praticar tais atos, o assassino lavou-se, limpando todo o sangue que estava em seu corpo, arrumou-se e saiu. Na portaria do prédio encontrou seu amigo de quarto e contou o que havia acontecido, que matou e esquartejou uma mulher.

Disse ainda que queria se entregar para polícia, mas que antes queria informar o ocorrido a sua família. Porém, antes de Chico se entregar, o médico procurou uma delegacia e contou os fatos a um delegado. Ele acabou sendo preso, condenado e julgado em 1968 a dezoito anos de prisão.

Destaca-se que não foi feito nenhum exame psicológico pela justiça na época do fato. Após quatro anos de prisão, Chico recebe permissão da justiça para se casar com uma velha amiga, mesmo enquanto preso. Cumpriu mais quatro anos de prisão e em junho de 1974 ganhou o direito à liberdade condicional por bom comportamento.

Ao sair da prisão, separou-se e decidiu mais uma vez morar sozinho. Passou a vender revistas e voltou a sua vida anterior, participava de orgias, com alta agressividade sexual, não assumia relacionamentos, e declaradamente gostava da vida boêmia. Durante esse período, conheceu uma nova mulher em um bar, Rosemarie Michelucci.

Saindo do bar, foi a um motel com ela e alguns amigos. No meio da noite Chico descobre que a mulher com quem teria relação sexual estava grávida, informação

essa que o irrita e seria mais uma mulher que não merecia respeito. Chico então, assim como no primeiro crime enforca a vítima, que fica desacordada.

Após, Chico pega um cabide e introduz com violência na vagina de Rosemarie. Depois de um tempo a mulher acorda e percebe o sangue escorrendo entre suas pernas e pede ajuda de Chico, que sai do quarto. Rosemarie foi encontrada morta por um funcionário do hotel logo após a saída dele. Mesmo com a denúncia de tal fato, Chico não foi preso.

Em 15 de outubro de 1976, Chico estava morando novamente com outro amigo em São Paulo. Após alguns discursões, Chico seria expulso do apartamento e pede para ficar apenas mais uma noite ali, noite essa que conhece mais uma prostituta, Ângela Silva, convencendo-a a ir ao seu apartamento. Mais uma vez, Chico a enforca e com uma faca começa a cortar o corpo da mulher, da mesma forma que ocorreu no primeiro assassinato. Quando seu amigo chega ao apartamento e se depara com aquela cena, denuncia Chico a polícia.

Fugindo, viaja para o Rio de Janeiro e é preso novamente, condenado a vinte e dois anos de prisão. Em 1994 foi submetido a um exame psiquiátrico, considerado psicopata, permanecendo preso em um hospital psiquiátrico em Taubaté, mesmo já tendo cumprido sua pena. A decisão é da juíza Sueli Zeraik de Oliveira Armani, da 1ª Vara de Execuções Criminais de Taubaté.

Considerado autor de dois dos crimes mais chocantes da história do Brasil, caracterizado pela extrema crueldade sempre foi classificado em seus laudos como de alta periculosidade. Em um trecho da decisão do caso, defendeu a juíza que:

Não há melhor local para albergar civilmente Francisco, com registro que está adaptado à rotina diária, à disciplina, recebe tempestiva e eficazmente a medicação psiquiátrica. No espírito do princípio constitucional da dignidade, só terá sentido para Francisco, que é ainda uma pessoa muito perigosa, se ali permanecer e receber os cuidados médicos que faz jus.

5.2 JOÃO ACÁCIO PEREIRA DA COSTA - “BANDIDO DA LUZ VERMELHA”

João Acácio Pereira da Costa, conhecido nacionalmente como “Bandido da Luz Vermelha”, nasceu em 24 de junho de 1942, em Santa Catarina. Aos quatro anos ficou órfão dos pais e desde muito cedo iniciou sua vida no crime. Ainda criança, fugiu da casa do seu tio onde morava, para ir morar na rua com seu irmão Joaquim, desde então começou sua vida criminosa.

Começou cometendo furtos, como por exemplo, furto de roupas em lojas. Devido ao fato de ser muito novo, não sofria sanções pelos seus delitos. Como ficou conhecido pelos seus crimes na cidade que residia (Joinville), mudou-se para Curitiba. Nos anos 60, mudou-se para São Paulo, afirmando ser filho de fazendeiro e aparentemente levava uma vida bem tranquila.

Porém, agora, continuava os furtos de forma diferente. Seu alvo era casas de luxo, mansões, família com muito dinheiro. Uma das características que chama atenção é o fato de João agir sempre da mesma forma. Praticava os furtos sozinho, chegava de taxi nas casas de madrugada, cortava a energia elétrica da residência, usava um lenço no rosto e uma lanterna com bocal vermelho (sua principal característica).

Não satisfeito apenas no furto, passou a estuprar as mulheres que estavam nas casas, cometia homicídios e roubava o dinheiro que ali se encontrava. Durante seis anos, João não foi encontrado pelos policiais da região, devido ao fato dele morar no interior e cometer seus crimes na capital. João possuía identidade falsa, com o nome de “Roberto da Silva”, nome que a imprensa divulgava nos jornais e meios de comunicação.

Após deixar impressões digitais em uma janela de uma mansão, a polícia o encontrou e ele foi preso no dia 08 de agosto de 1967, condenado a quatro assassinatos, sete tentativas de homicídios, estupros, setenta e sete roubos, totalizando 351 anos, nove meses e três dias de pena. Porém, a lei brasileira não permite que um preso permaneça mais de 30 anos na prisão.

Depois de 30 anos cumprindo pena, e realizando tratamento psiquiátrico na casa de custódia de Taubaté, no dia 23 de agosto de 1997, João foi solto e foi morar na casa do seu irmão Joaquim. Na noite do dia 5 de janeiro de 1998, João foi assassinado com um tiro de espingarda durante uma briga de bar.

João Acácio Pereira da Costa, conhecido nacionalmente como “Bandido da Luz Vermelha”, nasceu em 24 de junho de 1942, em Santa Catarina. Aos quatro anos ficou órfão dos pais e desde muito cedo iniciou sua vida no crime. Ainda criança, fugiu da casa do seu tio onde morava, para ir morar na rua com seu irmão Joaquim, desde então começou sua vida criminosa.

Começou cometendo furtos, como por exemplo, furto de roupas em lojas. Devido ao fato de ser muito novo, não sofria sanções pelos seus delitos. Como ficou conhecido pelos seus crimes na cidade que residia (Joinville), mudou-se para Curitiba. Nos anos 60, mudou-se para São Paulo, afirmando ser filho de fazendeiro e aparentemente levava uma vida bem tranquila.

Porém, agora, continuava os furtos de forma diferente. Seu alvo era casas de luxo, mansões, família com muito dinheiro. Uma das características que chama atenção é o fato de João agir sempre da mesma forma. Praticava furtos sozinho, chegava de taxi nas casas de madrugada, cortava a energia elétrica da residência, usava um lenço no rosto e uma lanterna com bocal vermelho (sua principal característica).

Não satisfeito apenas no furto, passou a estuprar as mulheres que estavam nas casas, cometia homicídios e roubava o dinheiro que ali se encontrava. Durante seis anos, João não foi encontrado pelos policiais da região, devido ao fato dele morar no interior e cometer seus crimes na capital. João possuía identidade falsa, com o nome de “Roberto da Silva”, nome que a imprensa divulgava nos jornais e meios de comunicação.

Após deixar impressões digitais em uma janela de uma mansão, a polícia o encontrou e ele foi preso no dia 08 de agosto de 1967, condenado a quatro assassinatos, sete tentativas de homicídios, estupros, setenta e sete roubos,

totalizando 351 anos, nove meses e três dias de pena. Porém, a lei brasileira não permite que um preso permaneça mais de 30 anos na prisão.

Depois de 30 anos cumprindo pena, e realizando tratamento psiquiátrico na casa de custódia de Taubaté, no dia 23 de agosto de 1997, João foi solto e foi morar na casa do seu irmão Joaquim. Na noite do dia 5 de janeiro de 1998, João foi assassinado com um tiro de espingarda durante uma briga de bar.

5.3 FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA - “MANÍACO DO PARQUE”

Francisco de Assis Pereira, conhecido também como “Maníaco do Parque”, nasceu em 29 de novembro de 1964, em São Paulo. Desde muito pequeno sofria com pesadelos noturnos, acordando aos prantos durante a noite. Em sua infância, sofreu diversos traumas, como por exemplo, abuso sexual por sua própria tia. Além disso, era rejeitado pela sua avó, a qual o chamava de monstro e assassino, pelo fato de Francisco ter matado um pássaro e tentar fritá-lo para comer.

Já na vida adulta, seu patrão haveria seduzido Francisco no trabalho, despertando seu lado homossexual. Namorou com uma jovem gótica, a qual antes de ter relação sexual com a mesma, teve seu órgão genital mordido, com consequente perda das funções. Além desse relacionamento, Francisco viveu por mais de um ano com uma travesti chamada Thainá, e era acostumado a agredi-la com socos e tapas.

Em três de julho de 1998 iniciou-se diversos acontecimentos que revelariam o lado “maníaco” de Francisco. Nesse dia, uma jovem de 17 anos, chamada Selva Queiroz desapareceu. No dia seguinte, a família recebeu uma ligação de um homem dizendo que estava com a garota e pedia uma quantia de mil reais para libertá-la.

Posteriormente, foi encontrado no parque da zona sul de São Paulo o corpo de jovem, o qual estava nua e com sinais de estupro, espancamento, estrangulamento e diversas marcas de mordidas pelo corpo. Ao lado de seu corpo, foi encontrado um segundo corpo, em estado de decomposição avançado.

As autoridades então fizeram uma busca pelo parque, resultando no aparecimento de outros corpos encontrados com as mesmas características dos outros crimes, totalizando oito corpos de mulheres.

Com a divulgação desses crimes pela vítima, uma vítima de Francisco, que conseguiu sobreviver, contatou a polícia e fez um retrato falado do suposto criminoso. Diante disso, outras vítimas de estupro o conheceram pelo retrato falado, e buscaram a autoridade.

Francisco, que até então trabalhava como motoboy, ao ter seu rosto revelado, queimou todos os pertences das vítimas que havia guardado e jogou em uma privada. Após, deixou um bilhete de despedida na mesa do seu patrão e fugiu.

No mesmo dia de sua fuga, seu patrão notou um entupimento na privada e a retirou para verificar o que tinha acontecido. Dentre os papéis queimados, encontrou uma identidade de uma das vítimas de Francisco, Selma Queiroz. Imediatamente, chamou a polícia e iniciaram-se as buscas para localizar Francisco.

Francisco se escondeu na cidade de Itaqui, no Rio Grande do Sul, na casa de um pescador. Passados alguns dias, o pescador começou a desconfiar de seu hospede, e teve acesso ao documento de identidade de Francisco. O pescador o denunciou, e Francisco foi preso, em agosto de 1998.

Inicialmente, Francisco negou envolvimento em qualquer crime. Porém, após horas de interrogatória assumiu a culpa de nove assassinatos, sendo condenado a atentado ao pudor, estupro, homicídio e ocultação de cadáver, totalizando uma pena de 268 anos de prisão.

Psiquiatras notórios acreditam que a saída resultará perigo a sociedade, pela irreversibilidade de seu estado mental.

5.4 SUZANE RICHTHOFEN E IRMÃOS CRAVINHOS - “CASO RICHTHOFEN”

Suzane Louise Von Richthofen nasceu em uma família de classe média alta e moravam na Zona Sul de São Paulo. Seu pai era Manfred Albert Von Richthofen (engenheiro) e sua mãe Marísia Von Richthofen (psiquiatra). Tinha um irmão chamado Andreas Albert Von Richthofen.

Em 1999, por meio do seu irmão Andreas e seu interesse por aeromodelismo, Suzane conheceu Daniel “cravinhos” e logo eles começaram a namorar. Daniel na época não trabalhava nem estudava e vinha de uma família do nível socioeconômico bem abaixo do da Suzane.

Em 2002, os pais de Suzane descobriram que ela estava usando drogas com Daniel, e desde então eles proibiram o namoro. Na noite do dia 30 de outubro de 2002, Suzane e o namorado levaram o irmão mais novo para sair e foram para um motel. Ao chegar a casa com seu irmão, Suzane ficou surpresa ao entrar e perceber que a janela do escritório estava aberta. Imediatamente liga para seu namorado e para a polícia.

O policial Alexandre Paulino Boto foi o primeiro a chegar ao local. Ao subir para 2º andar, chega ao quarto dos pais e Suzane, Manfred e Marísia e se depara com a cena do crime. Ele encontrou o casal já sem vida, na cama tinha sangue por toda parte e o quarto estava todo bagunçado. O policial então chama Suzane e Andreas e conta que aconteceu.

A reação da Suzane é o que mais chamou atenção, ela não esboçou qualquer reação, já o Andreas ficou muito chocado. Na ocasião, os ladrões tinham levado dinheiro (em euro, dólar e real) que estava em uma mala, e Daniel, ao fazer perguntas para a polícia, acabou citando os valores exatos que ali estavam.

Rapidamente a casa inteira foi isolada e desde o princípio a polícia achou a cena do crime estranha, nada fazia sentido. Um fato que chamou bastante atenção foi que os

rostos das duas vítimas estavam cobertos, podendo ser um sinal de que as vítimas conheciam o assassino.

O alarme da casa não funcionou no dia do crime, não havia sinais de arrombamento nas portas, não tinha nada quebrado além da janela que estava aberta e os carros estavam na garagem. Tinham vários papéis espalhados pelo escritório, porém dava a impressão de que haviam se espalhado de propósito para causar uma bagunça no local.

O quarto do casal estava todo revirado. Do lado do Mapfre tinha uma arma ao lado da mão dele e do lado da Marísia tinha uma jarra de água, mas não tinha copo. A polícia também descobriu ainda que o casal foi golpeado simultaneamente ao mesmo tempo e para que isso acontecesse precisava de no mínimo duas pessoas. Desde então, começaram a suspeitar do casal Daniel e Suzane. Todos os golpes foram desferidos na cabeça, com a intenção era matar. Então tudo começou a apontar para os dois.

Diante desses fatos a polícia passou a ter convicção de que os assassinos conheciam a casa. Surgiram então algumas perguntas a Suzane e Daniel, como por exemplo, onde eles estavam no horário do crime. Suzane conta que estavam motel e Daniel mostra uma nota fiscal comprovando que eles realmente estavam lá, o que já gera certa estranheza, porque normalmente ninguém pediria uma nota fiscal do motel.

O enterro do casal aconteceu no dia 1º de novembro. Devido a grande repercussão do caso, a imprensa cobriu todo o caso, que rapidamente ficou conhecido por todos e as suspeitas em torno do casal começaram a aumentar ainda mais. Dias após o crime, os investigadores voltaram à casa dos Richthofen e ao chegar lá encontraram Suzane, Daniel, Andreas e um casal de amigos na beira da piscina ouvindo música, tomando cerveja e em um clima de comemoração. Quando os investigadores entraram na casa, Suzane os atendeu, falava sem emoção alguma na voz como se nada tivesse acontecido e foi mostrando exatamente os pontos da casa que os objetos foram roubados.

Durante a investigação, a polícia conseguiu saber o horário que tudo aconteceu porque tinha um guarda na rua que estava vendo um jogo de futebol, logo, lembrou exatamente o horário que tudo aconteceu. O guarda disse ainda que viu o carro de Suzane entrando na casa e saindo meia hora depois, e que esse foi o único carro que entrou na casa e passou ali pela rua.

Como surgiram muitas contradições, Daniel e Suzane eram chamados até a delegacia para depor e responder perguntas, estavam lá praticamente todos os dias e sempre chegavam acompanhados do advogado. Suzane sempre falava coisas diferentes e contraditórias. Eis que surge a maior evidência do caso. Até então, Christian que era irmão do Daniel nem era conhecido à polícia, muito menos citado em nada. Porém, os investigadores descobrem que Cristian compra uma moto e paga a mesma em dólar, o que gera desconfiança.

No dia 7 de novembro Christian foi chamado à delegacia e após cerca de seis horas dando respostas contraditórias e bem confusas, acabou confessando a participação dele no crime. Ele conta que golpeou Marísia e que o seu irmão Daniel golpeou o Manfred. Suzane e o Daniel estavam em outra sala e a partir disso já não tinha mais o que fazer, eles também foram obrigados a confessar o crime. Contaram que como eles eram apaixonados um pelo outro e estavam proibidos de namorar, eles não viram outra opção a não ser matar os pais de Suzane.

Diante de tais confissões, todo o crime foi revelado. Na noite do dia 30 de outubro de 2002, Suzane e Daniel foram buscar Cristian. Dentro do carro existiam luvas, meias de nylon para utilizar na cabeça e alguns bastões de ferro. Ao chegar a casa Suzane, ela subiu as escadas que davam acesso ao segundo andar da casa e seguiu em direção ao quarto dos pais, que já estavam dormindo e nesse momento os irmãos começam a pôr em prática o plano deles. Suzane desceu para o primeiro andar porque ela não queria ver e nem ouvir o crime. Daniel e Christian golpeiam o casal na cabeça com os bastões.

Cumprida a primeira parte do plano, eles passarão a trabalhar para fazer com que o crime parecesse latrocínio, ou seja, roubo seguido de homicídio. Essa parte foi orientada pela Suzane. Daniel foi até o armário do closet dos Richthofen, que

possuía um fundo falso, retirou as joias que ali estavam e um revólver. Ele pegou todas as joias que tinha um valor alto e espalhou outras que eram mais baratas pelo quarto, jogou o revólver ao lado da cama onde ficava o Manfred. Enquanto isso, Cristhian bagunçava o quarto, revirava as gavetas.

Daniel e Cristhian afirmaram que Suzane não participou do assassinato ativamente, mas não tem como ter certeza sobre qual a posição dela na casa enquanto o crime ocorria enquanto tudo estava acontecendo lá no quarto. Enquanto os dois irmãos estavam lá no quarto dos Richthofen, Suzane foi o escritório do pai pegar a maleta com dinheiro que ali estava. A polícia se questiona o porquê dessa atitude do casal, já que Suzane vinha de uma família rica, e tinha tudo que precisava.

O trio ficou em prisão preventiva por representar perigo ao Andreas, irmão mais novo da Suzane, principal testemunha do caso. Eles foram denunciados por duplo homicídio triplamente qualificado por motivo torpe, impossibilidade de defesa da vítima e de fraude processual por ter alterado a cena do crime. Cristian se mostrou extremamente arrependido durante todo o momento, Daniel parecia que estava perdido e a Suzane não esboçava nenhum sentimento.

Suzane ainda entrou com um pedido na justiça para ter o direito de administrar os bens da família, inclusive receber o seguro de vida dos pais. Em julho de 2006 o trio foi a júri popular, Suzane tentou convencer que havia sido manipulado pelo namorado. Já o Daniel mostrou que a intenção de assassinar o casal sempre foi da Suzane, induzia o crime.

Suzane e Daniel foram sentenciados a 39 anos e seis meses de prisão, o Cristian foi sentenciado a 38 anos e seis meses. No fim de 2009, Suzane pediu para ter direito ao regime semiaberto porque ela já teria cumprido um sexto da pena. Na ocasião ela foi classificada como dissimulada por psicólogos e psiquiatras que a avaliaram, então o pedido foi recusado.

Em 2011, Suzane foi considerada indigna de receber metade da herança dos pais, avaliada em 11 milhões de reais. A ação foi movida pelo seu irmão Andreas, e Suzane recebeu a notícia no presídio em Tremembé. Daniel e Christian vivem na

mesma prisão. Hoje Suzane está em regime semiaberto desde 2015, então ela consegue sair da prisão em algumas datas comemorativas.

Dois fatos de grande repercussão na mídia sobre o caso foi o fato de Suzane, durante o cumprimento de sua pena na prisão, casou-se com Sandra Regine, detenta condenada à pena de 27 anos de reclusão por sequestrar e matar um adolescente de 14 anos. Outro fato marcante foi o promotor de justiça do caso se apaixonar por Suzane. Além disso, um médico do complexo prisional foi denunciado por carcereiros, funcionários, dizendo que ele dava muitas regalias a Suzane.

Por fim, psicólogos e psiquiatras divergem sobre personalidade de Suzane, sendo a grande maioria afirmando que Suzane sofre de transtorno de personalidade, provavelmente associado a traços de psicopatia. Destaca-se que Suzane Von Richthofen durante toda a investigação, processo e julgamento demonstrou-se fria, sem quaisquer reações e não demonstra arrependimento dos seus atos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se pelo presente estudo que a psicopatia é um tipo de personalidade, uma maneira de ver e de ser no qual o outro não representa nada, sendo apenas um instrumento para obter o que ele deseja. Tais indivíduos nascem com estruturas anormais da personalidade, que se manifestam desde a infância e juventude, que uma vez estruturadas, não se modificam.

O distúrbio de personalidade e o comportamento de não se adequar às normas sociais comuns (não as cumprindo) são produtos de conduta inadequada do psicopata, decorrente de lesões do sistema límbico, geradoras de sintomas de agressividade anômala, e angústia paroxística, com repercussão nos processos cognitivos.

É de se verificar que em todo decorrer deste trabalho o psicopata foi tratado como portador de um transtorno de personalidade. É importante diferenciar o psicopata do doente mental. A doença mental pode ser por fatores exógenos (do ambiente) ou endógenos (do próprio organismo). Já o transtorno de personalidade da psicopatia é uma forma de ser, caracterizado pela ausência de sentimento de culpa, arrependimento ou remorso e inexistência de emoções de forma geral. Atualmente, com a ajuda do *Psychopathy Checklist, Revised* ou *Escala PCL*, seria possível, se tal instrumento fosse implementado em todos os casos, apresentar características dos portadores da psicopatia, recebendo um diagnóstico adequado.

Em relação à responsabilidade penal, entende-se que atualmente no Brasil temos como entendimento majoritário, porém não pacífico, classificar o psicopata como semi-imputável. Conseqüentemente, são punidos conforme o art. 26, parágrafo único do Código Penal, com medidas de segurança. O transtorno de personalidade antissocial ainda é um assunto muito temido entre os juristas, considerando suas incertezas e falta de amparo legal, uma vez que nem o próprio Código Penal Brasileiro tipifica a psicopatia.

Um ponto importante é a ausência de quaisquer referências quando o assunto é a psicopatia na legislação brasileira, acarretando lacuna normativa em relação aos crimes cometidos pelos indivíduos portadores da psicopatia, seja para determinar a realização de exame médico específico, seja para aplicar a sanção mais adequada (pena privativa de liberdade, medida de segurança ou outro tratamento a ser criado).

É clarividente que o nosso ordenamento jurídico não acompanha os avanços da ciência e, portanto, acaba omitindo-se sobre a imputabilidade do agente que detém o transtorno de personalidade antissocial, ficando a cargo dos magistrados e promotores decidirem sobre um caso concreto, de acordo com seus respectivos convencimentos e motivações. Em virtude dessas considerações, é necessária a criação de políticas e normas específicas regulamentando as atitudes desses indivíduos.

No quesito tratamento, destaca-se que as minorias dos delinquentes apresentam alguma melhora no seu comportamento, mas o supervisionamento do seu quadro é fundamental, supervisionamento este feito através de operadores de Direito, junto aos profissionais de Psicologia Forense, analisando o comportamento dos psicopatas separadamente, a fim de que estes não influenciem o comportamento dos presos comuns.

Ademais, esse tipo de transtorno não tem cura, uma vez que estes não se arrependem ou sofrem com as consequências de seus atos, não sendo possível mudar sua maneira de ver e sentir o mundo.

A realidade no Brasil é que faltam investimentos em pesquisas, profissionalização e equipamentos para diagnosticar o indivíduo psicopata. A punição que é aplicada aos psicopatas atualmente, já restou não ser eficaz, visto que, enquanto estiverem em cárcere e com a falta de um acompanhamento adequado, estes agentes poderão manipular toda uma realidade.

No Brasil, não existem prisões especiais para àqueles que detêm o transtorno da personalidade antissocial. Em regra, para efeitos penais, os psicopatas são considerados semi-imputáveis, ou seja, podem ter sua pena reduzida ou ainda ser

internado em hospitais de custódia se punidos com medida de segurança. Portanto, é possível auferir que o sistema prisional brasileiro se mostra ineficaz em relação aos indivíduos com transtornos de personalidade, não sendo ofertado nenhum tipo tratamento especial para criminosos psicopatas.

Devido ao sistema prisional brasileiro não ser eficaz, nenhuma das medidas de segurança ou penas são efetivas para a ressocialização do criminoso psicopata, pois quando o indivíduo é colocado novamente no convívio social, a probabilidade de voltar a cometer crimes é vultosa, oferecendo perigo à sociedade no geral.

Então, uma alternativa encontrada para amenizar as reincidências destes criminosos é aderir ao sistema de tratamento especial para os psicopatas, separando-os dos presos comuns, oferecendo um monitoramento constante e atividades que visam estimular a empatia.

Destarte, ser psicopata não é crime, mas sim o ato ilícito cometido por ele anteriormente descrito em lei sim. Outrossim, o tempo máximo a ser aplicada a pena no ordenamento brasileiro totaliza 30 anos, uma vez que a prisão perpétua não é aceita no Brasil. Em virtude disso, os mesmos devem ser “tratados” da melhor forma possível durante apenas o período da execução penal imposta pelo judiciário, colocando-os em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico separado dos doentes mentais.

Devido à ineficácia da punição, incontáveis psicopatas têm redução de pena e logo alcançam a liberdade voltando ao seio da sociedade, com a capacidade de cometer crimes mais elaborados do que praticados anteriormente, com requintes de crueldade ainda maior, consequência à reincidência desses indivíduos ao sistema.

Em face das razões apresentadas, segundo o princípio da individualização da pena, o ideal seria uma prisão especial para estes indivíduos, onde não fossem misturados nem com os doentes mentais (como acontece na medida de segurança), nem com os presos comuns (como no caso das penas privativas de liberdade).

Em última análise, reafirmo o dever do Estado em investir em um tratamento diferenciado para o cumprimento de pena no momento da fase executória, investindo em penitenciárias com aparato necessário, profissionais qualificados que entendam a gravidade desse transtorno.

Nesse passo, entende-se que a realização de exames psicológicos é de suma importância, para que tudo ocorra de maneira segura e objetiva. Ante a ausência de alternativas eficientes para a reinserção do psicopata à sociedade, foi possível concluir que seria de suma importância que o Estado e os programas de saúde elaborassem um novo sistema de tratamento que fosse direcionado especificamente ao indivíduo que possui o transtorno de personalidade antissocial.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Raquel. **Exame criminológico: a alteração do artigo 112 da Lei de Execuções Penais**. Jurídico Certo, 19 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/draraquelaguilar/artigos/exame-criminologico-a-alteracao-do-artigo-112-da-lei-de-execucoes-penais-1048>>. Acesso em: 09 de setembro de 2019.

ALMEIDA, Andrinny. **A cultura do punitivismo e o encarceramento em massa**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/cultura-do-punitivismo-encarceramento/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

ANDRADE, Ana. **Serial killers: psicopatas homicidas no âmbito da legislação penal brasileira**. Jus, abril de 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/57352/serial-killers-psicopatas-homicidas-no-ambito-da-legislacao-penal-brasileira/5>>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

AUGUSTO DE SÁ, Alvino. **Criminologia Clínica e Psicologia Criminal**. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BARROS, Jéssyca. **A deficiência da punição dos psicopatas no sistema penal brasileiro**. Disponível em:< <https://jus.com.br/artigos/31753/a-deficiencia-da-punicao-dos-psicopatas-no-sistema-penal-brasileiro>> . Acesso em: 06 agosto de 2019.

BATISTA, Talita. **Psicopatia no sistema prisional brasileiro**. Jus, julho de 2017. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/59236/psicopatia-no-sistema-prisional-brasileiro>>. Acesso em: 15 de setembro de 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 08 agosto 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Portal da Legislação, Brasília, 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm>. Acesso em 01 de outubro de 2019.

CASTRO, Mylla. **Psicopatia, 2017**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54917/psicopatia>>. Acesso em: 01 de novembro de 2018.
CHENIAUX, Elie. **Manual de Psicopatologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

COELHO, Gabriel. **A figura do psicopata no Direito Penal, 2017**. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=18826>. Acesso em: 17 de março de 2019.

FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de Criminologia**. 4.ed. Curitiba: Juruá, 2015.

FERNANDES, Bianca. **Psychopathy checklist: um método para identificação de psicopatas**. Canal ciências criminais, 16 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/psychopathy-checklist/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal - Parte geral**. 18.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

HARE, Robert D. **Sem Consciência: O Mundo Perturbador dos Psicopatas Que Vivem Entre Nós**; tradução: Denise Regina de Sales – Porto Alegre, 2013.

ITAGIBA, Marcelo. **Projeto de lei nº ____ de 2010**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=737111>. Acesso em 28 de julho de 2019.

JUNQUEIRA, Gustavo; BARROS, Carmen. **Exame criminológico – é hora de por fim ao equívoco**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI118869,31047Exame+criminologico+e+hora+de+por+fim+ao+equivoco>>. Acesso em: 09 de setembro de 2019.

LEIMIG, Luara. **Após conflito entre juízes, Tribunal de Justiça decide manter Chico Picadinho em cárcere em hospital psiquiátrico**. G1, 12 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/apos-conflito-entre-juizes-tribunal-de-justica-decide-manter-chico-picadinho-em-carcere-em-hospital-psiquiatico.ghtml>>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

LEIMIG, Luara. **Justiça revoga concessão de liberdade a Chico Picadinho**. G1, 11 de maio de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/justica-revoga-concessao-de-liberdade-a-chico-picadinho.ghtml>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

LEMOS, Eduardo; FACHEL, Thiago; BOHMANN, Artur. **Chico Picadinho: o que seu caso demonstra?**. Canal Ciências Criminais. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/361632221/chico-picadinho-o-que-seu-caso-demonstra>>. Acesso em: 18 de julho de 2019.

LILIENFEL, scotti; ARKOWITZ, hal. **O que é o psicopata?**, 2008. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/o_que_e_um_psicopata_.html>. Acesso em: 17 de março de 2019.

LIMA, Cezar e BERTON, Felipe. **Caso Richthofen**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/323442322/caso-richthofen>>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

MAÍLLO, Afonso; PRADO, Luiz. **Curso de Criminologia**. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MORANA, Hilda C. P.; STONE, Michael H.; ABDALLA-FILHO, Elias. **Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers**. Revista Brasileira de Psiquiatria, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151644462006000600005>. Acesso em: 04 julho 2019.

MORANA, Hilda. **Psicopatia por um especialista**. Psychiatry on line Brasil, 13 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.polbr.med.br/2019/04/13/psicopatia-por-um-especialista/>> Acesso em: 03 de março de 2019.

MORANA, Hilda. **Reincidência criminal: é possível prevenir?**. De jure: revista jurídica do Ministério público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 12, p.140-147, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/handle/123456789/136?>

MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. **A urgente necessidade de uma política criminal para os psicopatas**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4145/A-urgente-necessidade-de-umapolitica-criminal-para-os-psicopatas>>. Acesso em: 11 maio de 2019.

O Globo. **Chico Picadinho conclui exames e aguarda decisão da Justiça para ter liberdade após 34 anos**. G1, 04 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/chico-picadinho-conclui-exames-aguarda-decisao-da-justica-para-ter-liberdade-apos-34-anos-2949005>>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Valéria. **O Psicopata frente ao Código Penal brasileiro**. Jus, agosto de 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/60016/o-psiopata-frente-ao-codigo-penal-brasileiro>>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

PAGAN, Manuela. **Psicopata: características e como identificar quem tem o transtorno**. Disponível em: <<https://www.vix.com/pt/bdm/saude/psiopata-caracteristicas-e-como-identificar-quem-tem-o-transtorno>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

PEREIRA, Sérgio. **Suzane Richthofen: entre amores e ódios**. Disponível em: <<https://sergiohenriquepereira.jusbrasil.com.br/artigos/246752585/suzane-richthofen-entre-amores-e-odios>>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

PERTENCE, Sepúlveda. **STF nega recurso a “Chico Picadinho” (atualizada)**. STF, 19 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=61099>>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

PRADO, Ana Carolina. **Entenda melhor como funciona o cérebro de um psicopata**. Super interessante, 23 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/blog/como-pessoas-funcionam/entenda-melhor-como-funciona-o-cerebro-de-um-psiopata/>>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

Psicopata: 7 Características Centrais. Psicologia Free, 2012. Disponível em: <http://www.psicologiafree.com/conselhos_praticos/psiopata-7-caracteristicas-centrais/>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

Revista corpo e mente. **De cada 25 pessoas no Brasil, uma é psicopata, diz autora de best-sellers, 2015**. Disponível em: <<http://www.revistacorpoemente.com.br/noticias/a-cada-25-pessoas-no-brasil-uma-e-psiopata-diz-autora-de-best-sellers>>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

RIBEIRO, Lane. **Efeitos jurídico-penais: portadores de psicopatia**. Jus, abril de 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/38351/efeitos-juridico-penais-portadores-de-psiopatia>>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

SALES, Janyele. **Transtorno de personalidade é uma doença mental?**. Disponível em: <<https://medicoresponde.com.br/transtorno-de-personalidade-e-uma-doenca-mental/>>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

SHINE, Sidney K. **Psicopatia** – 4. ed. Rev. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. show=full/>. Acesso em: 17 julho de 2019.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado** - Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

SIMON, Robert I. **Homens Maus Fazem o Que Homens Bons Sonham: Um Psiquiatra Forense Ilumina o Lado Obscuro do Comportamento Humano**; tradução Laís Andrade e Rafael Rodrigues Torres. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

SKODOL, Andrew. **Considerações gerais sobre transtornos de personalidade**. Disponível em:

<<https://www.msdmanuals.com/ptbr/casa/dist%C3%BArbiosdesa%C3%BAdementa/transornosdepersonalidade/considera%C3%A7%C3%B5es-gerais-sobre-transtornos-de-personalidade>>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

SOARES, Rogério. **Há 20 anos, Bandido da Luz Vermelha era assassinado em SC**. Folha UOL, 01 de novembro de 1995. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2018/01/1839622-ha-20-anos-bandido-da-luz-vermelha-era-assassinado-em-sc.shtml>>. Acesso em: 18 de julho de 2019.

SOUZA, Brianca. **Culpabilidade dos Psicopatas: Prisão ou Tratamento**. Jus, agosto de 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/68505/culpabilidade-dos-psicopatas-prisao-ou-tratamento>> Acesso em: 03 de março de 2019.

SOUZA, Percival; **Quarenta anos depois, Chico Picadinho deixa a prisão**. R7 - arquivo vivo, 22 de janeiro de 2019. Disponível em:

<<https://noticias.r7.com/prisma/arquivo-vivo/quarenta-anos-depois-chico-picadinho-deixa-a-prisao-22012019>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

SUMARIVA, Paulo. **Criminologia: teoria e prática**. 4.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.

SZKLARZ, Eduardo. **O psicopata na justiça brasileira**. Super Interessante, 25 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/comportamento/o-psicopata-na-justica-brasileira/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2019.

TALON, Evinis. O atual momento punitivista e suas contradições. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2017/06/28/o-atual-momento-punitivista-e-suas-contradicoes/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

TOMAZ, Kleber. **Preso há 20 anos em SP, Maníaco do Parque deve ser solto em 2028**. G1, 26 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/26/preso-ha-20-anos-em-sp-maniaco-do-parque-deve-ser-solto-em-2028.ghtml>>. Acesso em: 18 de julho de 2019.

TRINDADE, J; BEHEREGARAY, A; CUNEO, M. R. **Psicopatia - a máscara da justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

Último Segundo. **Suzane Von Richthofen seduziu promotor e médico na cadeia, revela repórter**. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-07-12/suzane-von-richthofen-seduziu-promotor-e-medico-na-cadeia-diz-reporter.html>>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

UNICICA. **Sintomas de Doenças Mentais**. Disponível em: <<http://uniica.com.br/artigo/sintomas-de-doencas-mentais-2/>>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

VELASCO, Clara; REIS, Thiago; CARVALHO, Bárbara; LEITE, Carolline; PRADO, Gabriel; RAMALHO, Guilherme. **Superlotação aumenta e número de presos provisórios volta a crescer no Brasil**. G1, 26 de abril de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/superlotacao-aumenta-e-numero-de-presos-provisorios-volta-a-crescer-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

ANEXOS

Pesquisa jurisprudencial feita pela universitária Alexandra Carvalho Lopes de Oliveira em sua monografia intitulada “A responsabilidade penal dos psicopatas”, até 31/10/2012.

- i. **Tribunal de Justiça do Acre** – Não há resultados.

- ii. **Tribunal de Justiça de Alagoas** – Quatro resultados. No primeiro, o termo “psicopata” é utilizado pela defesa, tentando demonstrar que o paciente é um pai de família, de bons antecedentes, e não um psicopata. Por esta razão, não deveria ficar preso após decisão de pronúncia (HABEAS CORPUS Nº 2008.000222-8). No segundo caso, a reprodução de sentença de pronúncia que se manifesta no sentido de que a ré tem personalidade psicopática, vez que é “plenamente consciente do que faz, mas passa por cima de qualquer pessoa, para atingir seus objetivos escusos.”. Importante destacar que tal sentença reproduzida ainda afirma que “caso se configure em uma psicopatia, não o sei, tal não torna a pessoa inimputável, mas altamente periculosa e nociva à sociedade, até porque, a psicopatia interage no campo da consciência emocional, ou seja, um psicopata não tem a capacidade de amar, de sentir compaixão pelo próximo, eles ouvem a música mas não entendem a melodia, são frios, calculistas, egocêntricos, e o próximo, é um objeto que é usado e abusado até perder a capacidade de se reerguer emocionalmente e financeiramente, quando assim é descartado pelo psicopata, que de forma rápida, procura a próxima vítima” (RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 3.0247 /2010). No terceiro caso, diante de sentença condenatória, afirma-se “É de bom alvitre esclarecer que temos visto na sociedade casos semelhantes, onde crimes bárbaros não geram nenhum remorso ou arrependimento em mentes com indícios de psicopatia, pelo que, em execução penal, é importante ressaltar a análise da psicologia do réu, posto que estarecedoras as alusões feitas acerca de sua pessoa e personalidade, e que constam dos depoimentos dos autos para se chegar a uma conclusão acerca de sua periculosidade (comprovada nos autos) ao meio social em que

vivemos” (APELAÇÃO Nº 3.0236/2010). No quarto caso, é dito que “Aduz o eminente Procurador, que o MM. Juiz aplicou a pena-base acima da média que seria de 25 (vinte e cinco) anos, ou seja, levando-se em conta as circunstâncias do art. 59 do CP, fixou a pena-base em 27 (vinte e sete) anos e 10 (dez) meses de reclusão, desconsiderando, segundo o parquet de 2ª Instância a psicopatia de que o Apelante é portador, o que diminuiria sua culpabilidade” (APELAÇÃO Nº 2001.000801-2).

- iii. Tribunal de Justiça do Amapá** – Quatro resultados. No primeiro caso, durante a exposição dos fatos, narra o desembargador que a vítima de e ameaça depôs na delegacia e afirmou que seu companheiro era um psicopata pois “pois ora lhe ameaça, ora diz que a ama, que quer voltar a viver com ela” (APELAÇÃO nº 0044434-04.2009.8.03.0001). O segundo caso é uma Apelação na qual o réu, após ser condenado pelo júri, afirma que os jurados foram influenciados uma vez que o promotor de justiça, durante todo o julgamento, estava lendo um livro denominado “Mentes Psicopatas” (APELAÇÃO nº 0011435-32.2008.8.03.0001). O terceiro caso é referente a criminosos que se intitulavam “Galera dos psicopatas” e cometiam diversos crimes (APELAÇÃO nº 2209/05). Por fim, o último caso também é Habeas Corpus em que o réu é doente mental comprovadamente (é inscrito no sistema de saúde como doente mental e tem passe livre em ônibus como doente mental), e que um dos desembargadores discute se o mesmo seria psicopata e o que deveria ser feito com o mesmo, conforme trecho do voto: “Bom, Excelência, eu acho assim: os direitos humanos estão no mundo inteiro, nos Estados Unidos da América, onde se procura protegê-los, na Noruega, na Dinamarca, na França, na Alemanha, na Inglaterra, onde estão adotando a castração química. Por que razão não se adotar a mesma medida aqui? Veja-se que já se chegou à conclusão de que psicopatia, ela não progride para a cura, e sim, para o agravamento. Isto é, pode levar para internamento, pode submeter a qualquer outro tipo de tratamento. Paciente, na hora em que tiver liberdade, vai voltar reincidir na mesma prática (HC nº 0000812-38.2010.8.03.0000).

- iv. Tribunal de Justiça do Amazonas** – Não há resultados.

- v. **Tribunal de Justiça da Bahia** – Não há resultados.
- vi. **Tribunal de Justiça do Ceará** - Não há resultados.
- vii. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal** – Quatro resultados. O primeiro é sobre inexistência de recurso do MP diante de sentença condenatória ao réu Lindomar, ao qual o desembargador afirma, sem maiores aprofundamentos, ser um “verdadeiro psicopata” (APELAÇÃO nº 0010427-76.1989.807.0000). O segundo caso é um habeas corpus com denegação de ordem ao paciente que tinha bons antecedentes e era primário, pois o mesmo tinha “personalidade psicopata” (HC nº 0005875-63.1992.807.0000). O terceiro caso é de um indivíduo condenado por roubo, no qual foi reconhecida a psicopatia e o mesmo considerado semi-imputável, conforme trecho da ementa: “3. Tratando-se de réu semi-imputável, pode o juiz optar entre a redução da pena (Art. 26, parágrafo único, CP) ou aplicação de medida de segurança, na forma do art. 98, do CP. 4. Confirmado, por laudo psiquiátrico, ser o réu portador de psicopatia em grau extremo, de elevada periculosidade e que necessita de especial tratamento curativo, cabível a medida de segurança consistente em internação, pelo prazo mínimo de 3 anos” (APELAÇÃO Nº 0099243-30.2009.807.0001). Por fim, o último caso é uma apelação cível em decorrência de sentença que versou sobre anulação de casamento sem contestação do réu, o que não configuraria conluio entre as partes e não significaria que o mesmo seria psicopata, podendo ser um sociopata (APELAÇÃO nº 403686/1976).
- viii. **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** – Não há resultados.
- ix. **Tribunal de Justiça de Goiás** - Não há resultados.
- x. **Tribunal de Justiça do Maranhão** - Não há resultados.
- xi. **Tribunal de Justiça do Mato Grosso** – Nove resultados. O primeiro é um Habeas Corpus em que, durante a ação penal, a defensoria pública pediu a instauração de incidente de sanidade mental, pois o paciente apresentava

indícios de psicopatia (HC nº 80306/2010). O segundo caso é referente à transcrição da inquirição de um perito psiquiátrico pelo defensor público durante a audiência de instrução e julgamento, na qual o perito é perguntado sobre um laudo que emitiu atestando ser um indivíduo (que não o apelante) psicopata (APELAÇÃO N.º 85379/2010). O terceiro caso o termo “psicopata” aparece como apelido de um dos réus (APELAÇÃO nº 35952/2009). Outro caso o réu é chamado de “psicopata” pela vítima, pois o mesmo costuma a morder sempre e deveria tomar remédios (APELAÇÃO Nº 91212/2008). O quinto caso faz referência à depoimento de testemunha que afirma o réu ser uma pessoa psicopata e perigosa (RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 76946/2006). O sexto caso faz apenas referência ao apelante, afirmando que testemunhas deveriam refletir e verificar que o mesmo não poderia ter personalidade psicopata (APELAÇÃO Nº 31587/2006). Outro caso traz trecho de laudo médico afirmando que apelante não tem características de psicopatia, mas sim de neurose-obsessiva (APELAÇÃO Nº 56649/2006). O penúltimo caso traz uma absolvição imprópria de um acusado de homicídio em decorrência de sua insanidade mental, pois que pois que se tratava de réu de personalidade psicopata (RECURSO EX OFFICIO - CLASSE I - 22 - Nº 305/00. Por sua vez, o último caso, em sentido contrário, afirma que o réu, de acordo com o desembargador, “tem duas anomalias, alternativamente: ou ele é um psicopata e, nesse caso, deve sofrer de algum distúrbio psicológico, o que entretanto não lhe dá o caráter de inimputabilidade de seus atos, porque o psicopata conhece o que está fazendo, apenas sofre de distúrbio momentâneo, mas não é permanente; ou ele deve sofrer de distúrbio de caráter moral” (APELAÇÃO Nº 3.816/01).

- xii. Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul** – Treze resultados. Dentre estes resultados, destacam-se julgamentos negando concessão de benefícios durante execução penal, como exemplo: “o magistrado não cerceou a defesa do ora agravante, pois oportunizou-lhe a apresentação dos quesitos que entendia pertinentes, os quais foram respondidos pelo perito em laudo complementar de exame criminológico, e somente depois é que proferiu a decisão indeferindo os pedidos de saída temporária e trabalho externo, por não preenchimento do requisito subjetivo, já que foi considerado psicopata

pelo perito, que inclusive, recomendou seu afastamento do convívio social” (AGRAVO EM EXECUÇÃO 2011.021621-2/0000-00) e “O paciente cumpre pena total de 13 (treze) anos e 09 (nove) meses de reclusão, pela prática dos crimes de atentado violento ao pudor e sequestro. Ao atingir o lapso previsto para a progressão de regime prisional foi realizado exame criminológico, que concluiu ser “JOSÉ ROBERTO é um psicopata, a conclusão da perícia é desfavorável à concessão do benefício, deve ser mantido afastado da sociedade” (f. 11/12)” (HABEAS CORPUS n. 2011.008470-1/0000-00).

- xiii. **Tribunal de Justiça de Minas Gerais** – Cento e trinta e cinco resultados. Pela leitura de alguns dos acórdãos, foi possível verificar que a maioria dos resultados, novamente, só são referentes a apelidos de criminosos, descrição de indivíduos (sem a tecnicidade que procuramos) e enfermos mentais efetivos. Não houve, nos acórdãos selecionados, nenhum que demonstrasse conteúdo condizente com a presente pesquisa.
- xiv. **Tribunal de Justiça do Paraná** – Trinta e três resultados. Todos os resultados trazem os termos “psicopata” e “psicopatia” apenas como denominações pejorativas, ou, ainda, como sinônimo de enfermo mental completo, não no sentido técnico da palavra que buscamos nessa pesquisa.
- xv. **Tribunal de Justiça da Paraíba** – Não há resultados.
- xvi. **Tribunal de Justiça do Pará** – Não há resultados.
- xvii. **Tribunal de Justiça de Pernambuco** – Não há resultados.
- xviii. **Tribunal de Justiça do Piauí** – Não há resultados.
- xix. **Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro** – Três resultados. O primeiro caso apenas diz que o apelante, menor de idade, não teria sintomas indicativos de um transtorno psiquiátrico grave com características psicóticas ou psicopatas (APELAÇÃO n. 0002451-42.2011.8.19.0055). Já o segundo caso é referente a um Habeas Corpus com a ordem denegada, uma vez que a prisão do

acusado foi considerada legítima, por “tratar-se o paciente de um psicopata e que 'não segregar o indiciado é expor as testemunhas à risco desnecessário e real, maculando a futura produção desta prova em juízo” (HABEAS CORPUS N. 2001.059.00776). Por fim, o último caso é de um indivíduo que, na direção de veículo automotivo, ocasionando a morte de uma jovem e lesão corporal com deformidade permanente em outra, além de lesões em terceiro. Sua pena foi detenção de 04 anos substituída por duas restritivas de direitos, a saber, entrega de donativo a uma instituição, no valor equivalente a 10 salários mínimos, e prestação de serviços à comunidade. A apelação quis, simploriamente, pretender sua total exoneração, afirmando-se portador de psicopatia, e hipossuficiência (APELAÇÃO N. 2006.050.04678).

- xx. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte** – Um resultado. Agravo em execução, em decorrência da não concessão de progressão de regime, uma vez que o teste psicológico do agravante traz fortes indícios de que o mesmo ou é esquizofrênico ou é psicopata (AGRAVO EM EXECUÇÃO n 2007.007733-2).
- xxi. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul** – Vinte e dois resultados. Dos julgados, destacam-se os seguintes: “2.2. Comprovado pelo laudo psiquiátrico que o réu ao tempo do crime padecia de transtorno anti-social de personalidade, a redução de pena é obrigatória, o que é facultativo é o quantum maior ou menor (1/3 a 2/3) dessa diminuição de pena. 2.3. A consequência legal da capacidade relativa de culpabilidade por perturbação da saúde mental ou por outros estados patológicos, é a redução obrigatória da pena, pois se a pena não pode ultrapassar a medida da culpabilidade, então a redução da capacidade de culpabilidade determina, necessariamente, a redução da pena. Argumentos contrários à redução da pena no sentido do cumprimento integral da pena são circulares, inconvincentes e desumanos porque o mesmo fator determinaria, simultaneamente, a redução da culpabilidade (psicopatias ou debilidades mentais explicariam a culpabilidade) e a agravação da culpabilidade (a crueldade do psicopata ou débil mental como fator de agravação da pena)”(AGRAVO EM EXECUÇÃO n 2007.007733-2), “AGRAVO EM EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME.

CONDIÇÕES SUBJETIVAS. A progressão de regime assenta-se na conjugação favorável dos requisitos objetivos e subjetivos a informarem modificação de comportamento e condições que permitam ao apenado ser transferido de regime mais rigoroso a outro menos rigoroso, em gradual reinserção no meio social. Hipótese na qual o preso ostenta atestados carcerários de conduta plenamente satisfatória, consignando, a psicóloga, que a boa conduta deriva apenas da contenção, constatando quadro clínico de psicopatia. Apenado que narra com extrema frieza o latrocínio cometido, sem traços de arrependimento” (APELAÇÃO N. 70037159431) e “Continuidade delitiva afastada. Psicopatia moderada, apontada por laudo de avaliação psicológica, que caracteriza perturbação com óbvia repercussão sobre a faculdade psíquica da volição, ensejando o enquadramento do acusado na situação do art. 26, parágrafo único, do CP. Semi-imputabilidade reconhecida”(APELAÇÃO N. 70016542557).

- xxii. Tribunal de Justiça de Roraima** – Não há resultados.
- xxiii. Tribunal de Justiça de Santa Catarina** – Todos os resultados encontrados utilizaram o termo “psicopatia” para denominar doença mental grave, e não no mesmo sentido desta pesquisa (Exemplos: AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 2009.005252-5, APELAÇÃO CÍVEL n 2008.041425-8, APELAÇÃO CÍVEL 2006.009090-4)
- xxiv. Tribunal de Justiça de Sergipe** – Não há resultados.
- xxv. Tribunal de Justiça de São Paulo** – Não há resultados.
- xxvi. Tribunal de Justiça de Tocantins** – Um resultado. Trata-se de um Habeas Corpus no qual o paciente foi acusado de sua própria filha. Foi considerado inimputável, sendo aplicada medida de segurança de internação. Inexistindo Hospital de Tratamento e Custódia adequados, foi impetrado o HC para que o mesmo aguardasse em liberdade. A decisão dos magistrados foi no sentido de negar a ordem, uma vez que “se posto em liberdade, os filhos e a própria companheira do réu correriam risco de morte ademais, submetido, no

corrente ano, a exame de cessação de periculosidade foi constatado que o reeducando é portador de transtorno de personalidade, psicopata, sendo considerado perigoso ao convívio social mesmo após o tratamento psiquiátrico disponível e, mesmo após o ano de internação sem ingestão de bebida alcoólica, não conserva qualquer julgamento de valor ético-moral” (HABEAS CORPUS n. 4246/2006).

xxvii. Superior Tribunal de Justiça – Não há resultados.

xxviii. Supremo Tribunal Federal – Seis resultados. A maioria dos acórdãos menciona o termo “psicopatia” e “psicopata”, alguns imputando tal característica a criminosos (de forma atécnica), outros citando apenas como referência de exames criminológicos para concessão de benefícios. Nenhum acórdão, porém, tem decisão específica estudada e baseada na psicopatia do sujeito que mereça destaque.